CORONAVÍRUS (COVID-19) | ACESSO À INFORMAÇÃO | PARTICIPE | LEGISLAÇÃO | ÓRGÃOS DO GOVERNO

Casa Civil | Ministério da Justiça e Segurança Pública | Ministério da Defesa | Ministério das Relações Exteriores | Ministério da Economia

Ministério da Infraestrutura | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | Ministério da Educação | Ministério da Cidadania | Ministério da Saúde

Ministério de Minas e Energia | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Ministério do Meio Ambiente | Ministério do Turismo | Ministério do Desenvolvimento Regional

Controladoria-Geral da União | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | Secretaria-Geral | Secretaria de Governo | Gabinete de Segurança Institucional

Advocacia-Geral da União | Banco Central do Brasil | Planalto

CAPES
Portal do Coordenador

PLATAFORMA SUCUPIRA
Emitido em 29/05/2023 às 10:56

PLATAFORMA Sucupira

Relatório de Conferência de Disciplinas

Ano de Referência: 2023
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
Programa: Políticas Públicas (40001016076P0)

ANÁLISE ANTITRUSTE E TEORIA DA REGULAÇÃO		
Sigla: PPUB	**Número:** 7000	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Origens e fundamentos da defesa da concorrência. Conceitos de mercado relevante e poder de mercado. Eficiência. Concentração. Atos de concentração. O sistema brasileiro de defesa da concorrência: CADE, SEAE e SAE e a reformulação recente: a sintonia com a política industrial. Teoria da regulação econômica. Monopólio natural. Agências reguladoras: a regulação da infra-estrutura no Brasil.

Bibliografia:

AULA 01 - REVISÃO CONCEITUAL DE MICROECONOMIA BÁSICA a) PINDYCK, R. & RUBINFELD, D. Microeconomia ? cap. 10. b) POSSAS, M.; FAGUNDES, J. & PONDE, J. L.. Defesa da concorrência e regulação de setores de infraestrutura em transição. c) PINTO JR., H. Q. & FIANI, R.. Cap. 23 - Regulação econômica. In: Kupfer, D. & Hasenclever, L.. Economia industrial ? Fundamentos teóricos e práticas no Brasil. (NOVA EDIÇÃO). d) PINHEIRO, A.C. & SADDI, J.. Direito, economia e mercados. Cap. 6 (Regulação dos serviços públicos). Ed. Campus. 2006. AULA 02 - ECONOMIA DA REGULAÇÃO a) VISCUSI, W.; VERNON, J. & HARRINGTON, J. Economics of Regulation and Antitrust. Cambridge, Mass.: Heath and Company, 2a ed., 1992. Cap. 10. b) FIANI, R. Teoria dos custos de transação. Kupfer, D. e Hasenclever, L.. Economia industrial. capítulo 12. c) STIGLER, G. The theory of economic regulation. In: Joskow, P.L. Economic regulation. Elgar. 2000 (338.52 E19) d) AGUIRRE, B. M. B. & SZTAJN, R. Mudanças institucionais. In: Zylbersztajn, D. & Sztajn, R.. Direito & Economia ? análise econômica do direito e das organizações. Campus, 2005. e) FARACO, A. D.. Aplicação das normas gerais de concorrência nos setores regulados. In: Martinez, A. P. (org.). Temas atuais de direito da concorrência. Editora Singular. 2012. AULA 03 - REGULAÇÃO NO BRASIL a) FARACO A. D.,E OUTROS. A judicialização de políticas regulatórias de telecomunicações no Brasil. In: PRADO, M. M. (ORG.). O judiciário e o estado regulador brasileiro. FGV 2016. https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17700/O-judiciario-e-oestado-regulador.pdf. b) OCDE ? Relatório sobre a Reforma Regulatória: Brasil: Fortalecendo a governança para o crescimento. Introdução até cap. 1, 4 e 6. c) CUZA, LUIZ. O regulador: elemento essencial para garantir conquistas In: SALGADO, LUCIA HELENA & MOTTA, RONALDO SEROA DA. Regulação e Concorrência no Brasil Governança Incentivos e Eficiência. IPEA. 2008. d) FIANI, R.; PIRES, A.; CAMPOS FILHO, L.; ARAGÃO, P. C. & SCHUARTZ, L. F.. Desenvolvimento em Debate - Regulação e Defesa da Concorrência: investimento em setores de infraestrutura. BNDES 2002. (São 2 artigos). AULA 04 - ANTITRUSTE E REGULAÇÃO: INTERFACES E CONFLITOS a) Faraco, A. D. ?Aplicação das normas gerais de concorrência nos setores regulados?. Temas atuais de direito da concorrência. São Paulo, Singular, 2012 (disponível em http://www.levysalomao.com.br/publicacoes/Artigo/aplicacao-das-normas-gerais-deconcorrencia-nos-setores-regulados). b) CADE. Processo Administrativo 08012.008501/2007-91 (caso ?V-UM?). Voto da Conselheira Ana Frazão (vol. 40 dos autos, p. 212-264, disponível em https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?xgSJHD3TI7Rh0CrGYtJb0A1Onc6JnUmZgGFW0zP7uMkyoy9890rZezw2t53IbOYN6Im1dp7BAyDjjGF6hGoP0stYxcWEcMJE0PZY5CL2LNiMW4DNuLLBRc1dvVWmKgi). c) Hovenkamp, H. Is Antitrust's Consumer Welfare Principle Imperiled? (June 21, 2018), U of Penn, Inst for Law & Econ Research Paper No. 18-15 (disponível em https://www.law.upenn.edu/cf/faculty/research/details.cfm?search=1&detail=1&research_id=16670#). d) STJ. Recurso Especial 1094218-DF, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, julgamento final em 25 de agosto de 2010 (disponível em https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200801736771&dt_publicacao=12/04/2011). e) Jordão, E. ?Estratégias preventivas e corretivas do impacto anticompetitivo da regulação estatal?. Direito da infraestrutura. São Paulo, Saraiva, 2017. AULA 05 - ANTITRUSTE E CONTROLE DE ESTRUTURAS DE MERCADO a) CADE. Guia de análise de atos de concentração horizontal (disponível em http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoesinstitucionais/guias_do_Cade/guia-para-analise-de-atos-de-concentracao-horizontal.pdf). b) Martinez, A. P. ?Histórico e desafios do controle de concentrações econômicas no Brasil?. Temas atuais de direito da concorrência. São Paulo, Singular, 2012 (disponível em http://www.levysalomao.com.br/publicacoes/Artigo/historico-e-desafios-do-controle-deconcentracoes-economicas-no-brasil). c) CADE. Ato de Concentração 08700.004880/2017-64 (Itaú Unibanco e XP Investimentos). Voto do Conselheiro Relator Paulo Burnier da Silveira (disponível em https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBtn3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yOk_IoXUpXkA5bpHHOjByAEV4QkvPUX0vhIqhg7icKHEsXl-qk-FBzZhfxnVWv4LDboKDZjbvOb_A2pYpBfgdog). d) SALOP, Steven C. Invigorating Vertical Merger Enforcement. 127 Yale L.J. 1962-1994 (2018) (disponível em https://www.law.georgetown.edu/faculty/steven-c-salop/). AULA 06 - CONTROLE DE CONDUTAS NO ANTITRUSTE a) CADE. Anexos I e II da Resolução 20/99 (http://www.cade.gov.br/assuntos/normas-elegislacao/resolucao/resolucao-no-20-de-9-de-junho-de-1999.pdf/view). b) CADE. Histórico da Conduta referente ao Acordo de Leniência 9/2016 (disponível em https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBtn3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yPHE2lDcIt93semVvOsWtNTtsqhLup3d2EMf8pRzS0iBMH1Jxr7YQMUczjv6SvG72n1ea1a4hG6-Bn7tPlvRLQ5). c) CADE. Processo Administrativo n. 08012.004674/2006-50 (cartel das embalagens). Voto do Conselheiro João Paulo Resende (disponível em https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBtn3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yMyjrqxYZFcxobjy5RcHC7b0z0FuLU8xcd6n7vu1T4fyKAH4SqG3BAE8_tiQdPm6XAaB6Lowx45M4MU6u-d2Ou). d) ATHAYDE, A. et. al. ?Dez parâmetros para distinguir um cartel único de múltiplos cartéis?. Revista do IBRAC, 2017. Vol. 23 (disponível em http://www.ibrac.org.br/UPLOADS/PDF/RevistadoIBRAC/Revista_23_nº_2.pdf). AULA 07 - ANTITRUSTE E REGULAÇÃO CONCORRENCIAL: O CASO DA NEUTRALIDADE DE REDE a) YOO, C.

Avoiding the Pitfalls of Net Uniformity: Zero Rating and Nondiscrimination, 50 REV. INDUS. ORG. 509 (2017) (disponível em https://www.law.upenn.edu/cf/faculty/research/details.cfm?research_id=15211#) b) CADE. Nota Técnica 34/2017 (investigação sobre ?zero rating?) (disponível em https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBtn3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yOTVltdzdZLqhkfLgLcg20sp2COFkT0u4F6kpO2C8HmeI4kRnRnEVbwvcVZhI5-Ryodazm-kfXdvuF-MMocM8XW) c) WU, T. ?Antitrust via Rulemaking: Competition Catalysts?. Colorado Technology Law Journal (disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3058114). d) COUTO, J. A. Concorrência nas telecomunicações. São Paulo, Editora Singular, 2015, p. 126-142. e) MELO, L. M. M. C. Internet Regulation and Development: The Battle Over the Network Neutrality. Tese de Doutoramento, FADUSP, 2018.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS

Sigla: PPUB	**Número:** 7060	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Histórico e conceitos básicos dos indicadores sociais.Importância gerencial dos indicadores sociais como fonte para o planejamento e tomada de decisões nas políticas públicas. Fontes de dados de produção e disseminação de indicadores sociais no Brasil. Exemplos de indicadores básicos e sintéticos no Brasil. Perspectivas, demandas e lacunas na pesquisa em indicadores sociais. Estudos de caso e utilização de análise de indicadores sociais na prática profissional.

Bibliografia:

1. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília: MP, 2010. 2. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores de desenvolvimento brasileiro: 2001-2012. Brasília: Governo Federal, 2013. 3. CARLEY, M. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar,1985. 4. JANNUZZI, P. de M. ?Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais.? RAP, v. 36, n. 1, p.51-72, 2002. 5. JANNUZZI, P. de M. ?Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.? Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 137-160,2005. 6. MORIBE, A. Construção de indicadores de desempenho organizacional. Ponta Grossa: UEPG/ NUTEAD,2014. 7. REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 8. SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. Pensamento Plural, v. 1, p. 113-142, 2007. 9. SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Est. Aval. Educ., v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012. 10. THE WORLD BANK. ?World view?. In: THE WORLD BANK. 2014 ? World Development Indicators. Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 2014.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: PPUB	**Número:** 7001	**Créditos:** 4
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: O propósito desta disciplina é preparar o aluno para o acompanhamento, análise, avaliação e crítica de políticas públicas, introduzindo diferentes perspectivas teóricas e aspectos de conformação dos seus processos. Com este intuito, a discussão está estruturada a partir de quatro eixos orientadores: I. Apresentação dos conceitos basilares. II. Principais enfoques teóricos utilizados para a análise de políticas, destacando potencialidades e limitações de cada um. III. Compreensão do processo político e dos momentos de uma politica pública. IV. Introdução aos métodos quantitativos e qualitativos de análise de política.

Bibliografia:

AULA 01 - DISCUSSÃO INTRODUTÓRIA À ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS a) GOODIN, Robert E. (Org.). The Oxford Handbook of Political Science. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 3-38 - Textos Complementares: a) BOURDIEU, Pierre. Para uma Sociologia da Ciência. Lisboa: Edições 70, LDA, 2015. 166 p. b) JANN, Werner; WEGRICH, Kai. Theories of the policy cycle. In.: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J. SIDNEY, Mara S. (orgs.) Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods. Boca Raton/London/New York: CRC Press, 2007. p. 43-62. c) HILL, Michael. The Public Policy Process. 4ª. ed. Harlow (England): Pearson Education Limited, 2005 (Cap. 1 - Studying the policy process). AULA 02 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS a) LOWI, Theodore J. O Estado e a ciência política ou como nos convertemos naquilo que estudamos. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 38, p. 3- 14, 1994. - Textos Complementares: a) GOODIN, R. E.(Org.). The Oxford Handbook of Political Science. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 39-66. b) ROCHA, C. V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas - algumas observações. Civitas, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005. c) ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M.L. Modelos de Análise das Políticas Públicas, Sociologia, Problemas e Práticas, n. 83, p. 11-35, 2017. AULA 03 - CLÁSSICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS a) RONIT, K.; PORTER, T. "Harold D. Lasswell, The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis". In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. - Textos Complementares: a) MINTROM, M. "Herbert A. Simon, Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization". In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. b) DOWDING, K. "Albert O. Hirschman, Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States". In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. c) GILSON, L. L. "Michael Lipsky, Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Service." In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. AULA 04 - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UM PRINCÍPIO EM (RE)CONSTRUÇÃO SOCIAL PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS a) SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Cap. Introdução, p. 31 - 82) - Textos Complementares: a) SECCHI,Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas - Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. São Paulo: Cengage, 2019. (Cap. 6, pág. 187-206) b) BUENO, Roberto Eduardo; MOYSES, Simone Tetu; BUENO, Paula Alexandra Reis; MOYSES, Samuel Jorge. Governança, sustentabilidade e equidade no plano de saúde de São José dos Pinhais, Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2013;34(6):416-21. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rpsp/v34n6/v34n6a07.pdf c) FUKUSHIMA, Kátia Alves. Os impasses à democracia participativa nos governos de esquerda: os casos do Brasil, do Chile e da Venezuela. colomb.int., Bogotá, n. 98, p. 105-135, abr. 2019. Disponível em:

https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/colombiaint98.2019.04 AULA 05 - IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO E FORMAÇÃO DA AGENDA a) KINGDON, J. K. Agendas, Alternatives, and Public Policies. Harlow: Pearson, 2014. cap.5 - Problems - p. 90-115. -Textos Complementares: a) SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019. (Cap. 2, Análise do problema - p. 27-57) b) CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3789-acapellaformacao/file c) CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. A construção da agenda governamental: estratégias e mecanismos de bloqueio. O&S, v. 23, n. 79, p. 675-691, Out./Dez.2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302016000400675&script=sci_abstract&tlng=pt AULA 06 - FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS, TOMADA DE DECISÃO E ANÁLISE DAS SOLUÇÕES a)SIDNEY, M. S. Policy Formulation: Design and Tools. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. Handbook of Public Policy Analysis Theory, Politics, and Methods. Boca Raton: CRC Press, 2007. (Cap.6 - p. 89-107) - Textos Complementares: a) SECCHI Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019. (Cap. 3, p. 59-68) b) SECCHI Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019. (Cap. 4, p. 69-126) c) SECCHI Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019. (Cap. 5, p. 127-157). AULA 07 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA a) PÜLZL, H: TREIB, O. Implementing Public Policy. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. Handbook of Public Policy Analysis Theory, Politics, and Methods. Boca Raton: CRC Press, 2007. (Cap.7 - p. 89-107) - Textos Complementares: a) LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013 b) SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES Valdemir. Políticas Públicas - Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. São Paulo: Cengage, 2019. (Cap. 2, Tipos de políticas públicas, p. 29 - 47) c) BUENO, Roberto Eduardo; MOYSES, Simone Tetu; BUENO, Paula Alexandra Reis; MOYSES, Samuel Jorge. Determinantes sociais e saúde bucal de adultos nas capitais do Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2014;36(1):17?23. AULA 08 - AVALIAÇÃO E EXTINÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA a) GOODIN, R. E.(Org.). The Oxford Handbook of Political Science. Oxford: Oxford University Press, 2009. (Cap. 15, p. 319-335) - Textos Complementares: a) FISCHER, F.; MILLER,G.J.; SIDNEY, M.S. Handbook of Public Policy Analysis Theory, Politics, and Methods. Boca Raton: CRC Press, 2007. (Cap.26 - p.393-404) b) FISCHER, F.; MILLER,G.J.; SIDNEY, M.S. Handbook of Public Policy Analysis Theory, Politics, and Methods. Boca Raton: CRC Press, 2007. (Cap.27 - p.405-416) c) SECCHI Leonardo, COELHO Fernando de Souza, PIRES Valdemir. Políticas Públicas - Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. São Paulo: Cengage, 2019. (Capítulo 3, pág. 79 ? ? 92) AULA 09 - EQUILÍBRIO PONTUADO a) TRUE, J. L.; BRYAN, D. J.; BAUMGARTNER, F. R. Punctuated Equilibrium Theory: explaning stability and change in public policymaking. In: SABATIER, P. (ed.) Theories of the Policy Process. Cambrigde: Westview Press, 2007 - Textos Complementares: a) KUHLMANN, J.; VAN DER HEIJDEN, J. What Is Known about Punctuated Equilibrium Theory? And What Does That Tell Us about the Construction, Validation, and Replication of Knowledge in the Policy Sciences? Review of Policy Research, 35(2), 326?347, 2018. b) MIGONE, A.; HOWLETT, M. ?Charles E. Lindblom, The Science of Muddling Through?. In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. c) BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. (2009) Agendas and Instability in American Politics. Chicago: University of Chicago Press. cap.13 e 14 - p.255-289. AULA 10 - FLUXOS MÚLTIPLOS a) ZAHARIADIS, N. The Multiple Streams Framework: structure, limitations, prospects. In: SABATIER, P. (ed.) Theories of the Policy Process. Cambrigde: Westview Press, 2007. - Textos Complementares: a) KINGDON, J.K. Agendas, Alternatives, and Public Policies. Harlow: Pearson, 2014. cap.6 - p.122-144. b) MICHAEL, D. "Cohen, James G. March, and Johan P. Olsen, A Garbage Can Model of Organizational Choice". In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. c) KINGDON, J.K. Agendas, Alternatives, and Public Policies. Harlow: Pearson, 2014. cap.7 - p.146-164. AULA 11 - COALIZÕES DE DEFESA a) SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The Advocacy Coalition Framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, P. (ed.) Theories of the Policy Process. Cambrigde: Westview Press, 2007. - Texto Complementar: a) ADAM, S.; KRIESI, H. The Network Approach. In: SABATIER, P. (ed.) Theories of the Policy Process. Cambrigde: Westview Press, 2007. b) FISCHER, F.; MILLER,G.J.; SIDNEY, M.S. Handbook of Public Policy Analysis Theory, Politics, and Methods. Boca Raton: CRC Press, 2007. cap.10 e 11 - p.137-160 c) CAIRNEY, P. Paul A. Sabatier, "An Advocacy Coalition Framework of Policy Change and the Role of Policy-Oriented Learning Therein". In: LODGE, M.; PAGE, E.C.; BALLA, S.J. The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration. Oxônia: Oxford University Press, 2015. AULA 12 - APLICAÇÃO DAS TEORIAS PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS (PARTE 01) a) SHAW, R. D. Examining arts education policy development through policy frameworks, Arts Education Policy Review, p.1-13, 2018. - Textos Complementares: a) LI, W.; WEIBLE, C. M. China?s Policy Processes and the Advocacy Coalition Framework. Policy Studies Journal, p.1-28, 2019. b) MONTEIRO, L.; RODRIGUES, D.; SANTOS JÚNIOR, J.E. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon e as políticas de Segurança Pública: o caso do programa "Pacto pela Vida" de Pernambuco (2007-2013). Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, n. 2, p. 91-111, 2018. c) ZAPELINI, M.B.; LIMA, J.G.; GUEDES, M.C. Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967-2014): uma análise de equilíbrio pontuado. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 6, n. 3, p. 153-174, 2017. AULA 13 - APLICAÇÃO DAS TEORIAS PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS (PARTE 02) a) BAPTISTA, T.W.F.; MATTOS, R.A. Sobre Política - (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). In: Caminhos para análise das políticas de saúde. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. (Cap. 2, p. 83-149). Disponível em: http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-interlocucoes-praticasexperiencias-e-pesquisas-em-saude/caminhos-para-analise-das-politicas-de-saude-pdf. - Textos Complementares: a) BUENO, Roberto Eduardo; MOYSES, Simone Tetu; BUENO, Paula Alexandra Reis. Diálogos intersetoriais: pontes estabelecidas na revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde. Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 10, n. 2, p. 51-59, jul./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/52893 b) GOMES, B.M.A. Políticas Públicas de Turismo e os Empresários. São Paulo: All Print, 2018. 2ª edição disponível na Amazon.com.br).

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: PPUB	**Número:** 7002	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Avaliação Quantitativa de Políticas Públicas: A relevância da avaliação quantitativa das políticas públicas; Análise estatística na avaliação das políticas públicas; O Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL); Relaxando as hipóteses do MCRL; Endogeneidade e Variáveis Instrumentais; Análise longitudinal e dados de painel; Modelos de variável dependente qualitativa.

Bibliografia:

BAUM, C. An Introduction to Modern Econometrics Using Stata: Stata Press, 2006. BUHAI, S. Note on Panel Data Econometrics: Mimeo Tinbergen Institute, 2003. STEWART, Jon. Understanding Econometrics. London: Routledge, 2018. McFADDEN, D. Econometric Analysis of Qualitative Response Models: Handbook of Econometrics, Vol. II, 1984. MURRAY, M. Avoiding Invalid Instruments and Coping with Weak Instruments? Journal of Economic Perspectives, 20 (4), 2006.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

BUROCRACIAS PÚBLICAS E PROCESSOS DECISÓRIOS

Sigla: PPUB	**Número:** 7003	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: A burocracia do Estado como categoria social específica. Elites estatais e equipes de governo. O alto escalão. Carreiras, nomeações e política burocrática. A formação da agenda pública e o processamento das

iniciativas pelos aparelhos do Estado. Processos e preferências no âmbito do sistema decisório. A formulação da política econômica: classes, grupos de pressão, grupos de interesse e a teoria da captura. A seletividade estrutural. Controle social dos agentes estatais e responsividade. Estudos de caso.

Bibliografia:

1. ABERBACH, J.; PUTNAM, R.; ROCKMAN, B. Bureaucrats and politicians in Western democracies. Cambridge (MA): Harvard University Press. 1981 2. FERREIRA, V.; MEDEIROS, J. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. Cadernos EBAPE.BR 14(3):776-793, 2016. 3. ABRUCIO, F.; LOUREIRO, m. (orgs.). O Estado numa era de reformas: os anos FHC. Brasília: MP/SEGES, 2002. 4. BRESSER PEREIRA, L.; SPINK, P.(org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998. 5. PETERS, G. The politics of bureaucracy. 7a. ed. Londres: Routledge, 2018. 6. DAHL, R. Dilemmas of pluralist democracy. Autonomy versus control. New Haven: Yale University Press. 1982 7. HUBER, J.; SHIPAN, C. Deliberate discretion? The institutional foundations of bureaucratic autonomy. Cambridge University Press. 2002. 8. MARTINS, L. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. 9. PRZEWORSKI, Adam. A mecânica da instabilidade de regime na américa latina. Novos estudos - CEBRAP 100: 27-54, 2014. 10. MILIBAND, R. The state in capitalist society. Londres: Quartet Books. 1973. 11. PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea & Enap, 2018. 12. HAMMERSCHMID, G. et al. Public administration reforms in Europe: the view from the top. Cheltenham: Edward Elgar, 2016. 13. PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B. Democracy, accountability and representation. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 1999. 14. SCHNEIDER, B. Burocracia pública e política industrial no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1994. 15. WILSON, J. Q. Bureaucracy: what government agencies do and why they do it. Nova Iorque: Basic Books, 1989.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Sigla: PPUB	**Número:** 7004	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Emergência do campo de estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Pensamento latino-americano sobre CTS. Abordagens sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade: neutralidade, determinismo e construção social. As dimensões de classe, gênero e raça na construção social da tecnologia. Conflitos de interesses no desenvolvimento tecno-científico.

Bibliografia:

TEMA 01 - INTRODUÇÃO AO CAMPO CTS CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E TENDÊNCIAS ATUAIS | O CAMPO CTS NA AMÉRICA LATINA AULA 01 - O CAMPO CTS EM ESTADOS UNIDOS, EUROPA E LATINO AMÉRICA 1. Cozzens, Susan (1990) The disappearing disciplines of STS. Bulletin of Science, Technology and Society 10: 1-5. 2. Sismondo, Sergio. (2008) Science and Technology Studies and an Engaged Program. In Hackett, E., Amsterdamska, O., & Wajman, J. The Handbook of Science and Society Studies. Third Edition. Boston, Mass: MIT Press. 3. Kreimer, Pablo & Vessuri, Hebe. (2018) Latin American science, technology, and society: a historical and reflexive approach, Tapuya: Latin American Science, Technology and Society, 1(1), 17-37. TEMA 02 - CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE AULA 02 - PERSPECTIVAS SOBRE NEUTRALIDADE, DETERMINISMO E A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DOS ARTEFATOS 1. Cholakov, Valery. Visions of Science in the Twentieth Century. In Segerstrale, U. (2000). Beyond the Science Wars. Albany: State University of New York Press. 2. Smith, Merritt Roe. (1996) Technological determinism in American culture. In. Does technology drive history? In Marx, Leo & Smith, Merritt Roe (eds) The Dilemma of Technological Determinism. Cambridge, Mass: MIT Press. 3. Winner, Langdom (1996) Do artifacts have politics? In: Mackenzi, Donald & Wajcman, Judy. The Social Shaping of Technology. Buckingham, Philadelphia: Open University Press. Versão em portugués em: http://perguntasaopo.files.wordpress.com/2011/02/winner_1986.pdf. AULA 03 - CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA: MOMENTUM, FLEXIBILIDADE INTERPRETATIVA E INSTRUMENTAÇÃO 1. Huges, Thomas P. (1996) Technological momentum. In. Does technology drive history? In Marx, Leo & Smith, Merritt Roe (eds) The Dilemma of Technological Determinism. Cambridge, Mass: MIT Press. 2. Pinch, Trevor & Bijker, Wiebe (2008) La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. In. Thomas, H. & Buch, A. (eds) Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes. 3. Feemberg, Andrew (2005) Teoría Crítica de la tecnología. Revista CTS 5,2, 109-123. Disponível em http://oeibolivia.org/files/Volumen%202%20-%20N%C3%BAmero%205/doss04.pdf. AULA 04 - ESTUDOS DE LABORATÓRIO E TEORIA DO ATOR REDE 1. Latour, Bruno (1983) Give Me a Laboratory and I will Raise the World, In: Knorr-Cetina, K. & Mulkay, M. (eds.) Science Observed: Perspectives on the Social Study of Science, London: Sage, 141-170. Versão em espanhol disponível em http://www.brunolatourenespanol.org/ 03_escritos_02_laboratorio.pdf. 2. Callon, Michel (1997) Society in the making: The study of technology as a tool for sociological analysis. In: Bijker, Wiebe, Hughes Thomas & Pinch, Trevor (eds) The Social Construction of Technological Systems. Cambridge, Mass.: MIT Press. AULA 05 - COPRODUÇÃO DA CIÊNCIA E DA SOCIEDADE E EPISTEMOLOGIA CÍVICAS 1. Jasanoff, Sheila (2006). Ordering knowledge, ordering society. In. States of Knowledge. The coproduction of science and social order. New York: Rutledge, 13-45. 2. Jasanoff, Sheila (2005). In the Democracies of DNA: Ontological Uncertainty and Political Order in Three States. New Genetics and Society 24(2): 139-155. TEMA 03 - TEMAS E ABORDABENS EM ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA AULA 06 - CIÊNCIA E PROBLEMAS CIENTÍFICOS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS 1. Cukierman, Henrique (2014) Who invented Brazil? In. Medina, E., Marques, I.C. & Holmes, C. Beyond Imported Magic: Essays on Science, Technology and Society in Latin America. Cambridge, Mass.: MIT Press. 2. Kreimer, Pablo e Zabala, Juan (2007) Producción de conocimientos científicos y problemas sociales en países en desarrollo. Nómadas 27, 110-122. 3. Maldonado, Oscar Javier (2018). Making HPV Vaccines Efficient: Cost-Effectiveness Analysis and the Economic Assemblage of Healthcare in Colombia. Science & Technology Studies 31(2), 2-18. AULA 07 - CONTROVÉRSIAS, ATIVISMOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA 1. Oliveira, Maria Auxiliadora; Santos, Elizabeth Moreira dos & Mello, José. (2001). AIDS, ativismo e regulação de ensaios clínicos no Brasil: o Protocolo 028. Cadernos de Saúde Pública 17 (4), 863-875. 2. Arancibia, Florencia & Motta, Renata (2019) Undone Science and Counter-Expertise: Fighting for Justice in an Argentine Community Contaminated by Pesticides. Science as Culture, 28(3), 277-302. 3. Vara, Ana María "Sí a la vida, no a las papeleras". En torno a una controversia ambiental inédita en América Latina Redes, vol. 12, núm. 25, julio, 2007, 15-49. AULA 08 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INCLUSÃO SOCIAL 1. Bortz, Gabriela; Becerra, Lucas; Thomas, Hernán (2018). De la «transferencia tecnológica» al desarrollo local. Dinámicas sociotecnocognitivas en el caso del Yogurito escolar (Argentina, 1984-2015). Apuntes 45 (82), 33-69. 2. Dias, Rafael B. (2013) Tecnologia social e desenvolvimento local: reflexões a partir da análise do Programa Um Milhão de Cisternas. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional 1(2), 173-189. 3. Palmarola, Hugo & Alonso Pedro I. (2014) Tropical Assemblage: The Soviet Large Panel in Cuba. In. Medina, E., Marques, I.C. & Holmes, C. Beyond Imported Magic: Essays on Science, Technology and Society in Latin America. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMPORTAMENTO E INSTITUIÇÕES

Sigla: PPUB	**Número:** 7005	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Comportamento: razões e racionalidade nas decisões; racionalidades ilimitada, limitada, múltipla e suas implicações; os hábitos nas decisões. Decisão individual, interação e resultados coletivos: variáveis intersubjetivas no processo decisório (confiança e cooperação). Comportamento do indivíduo e a formação de hábitos coletivos de pensamento e ação: indivíduos e instituições. Discussão de fundo em todos os tópicos: implicações do comportamento individual e de padrões de interação sobre as decisões envolvendo políticas públicas.

Bibliografia:

Aula 01 - A Racionalidade Individual - Texto Básico: a) SIMON, H. (1979). Rational decision making in business organizations. American Economic Review 69(4):493-513. - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: Ed. UFPR, pp. 9-29. Aula 02 - A Racionalidade Repensada - Texto Básico: a) KAHNEMAN, D. & KNETSCH, J. & THALER, R. (1991). Anomalies: the endowment effect, loss aversion, and status quo bias. Journal of Economic Perspectives 5(1):193-206. - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: UFPR, cap. 2. - Textos Complementares para Seminários: a) BENARTZI, S; BESHEARS, J.; MILKMAN, K.; SUNSTEIN, C.; THALER, R.; SHANKAR, M.; TUCKER-RAY, W.; CONGDON W.; GALING, S. (2017). Should governments invest more in nudging? Psychological Science 28(8):1041-1055. b) INSTITUTE FOR GOVERNMENT (2009). Mindspace: influencing behaviour through public policy. Report to the UK Cabinet Office. c) LODGE, M. & WEGRICH, K. (2016). Rational tools of government in a world of bounded rationality. Law & Policy, 38 (3):250-267. d) SOUZA, L.; RAMOS, K.; PERDIGÃO, S. (2018). Análise crítica da orientação de cidadãos como método para otimizar decisões públicas por meio da técnica nudge. Revista Brasileira de Políticas Públicas 8(2):234-50. e) THALER, R. & SUNSTEIN, R. (2009). Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness. Penguin Books: Nova Iorque, Introdução + um capítulo dentre os de número 10, 11 e 13. f) WILKINSON, T. (2013). Nudging and manipulation. Political Studies 61:341-55. Aula 03 - Hábitos e Razão - Texto Básico: a) HODGSON, Geoffrey (1997). The ubiquity of habits and rules. Cambridge Journal of Economics 21:663-84. - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: UFPR, cap. 3. - Textos Complementares para Seminários: a) CUNHA, P.; BEUREN, I.; GUERREIRO, R. (2014). Fatores preditivos à desinstitucionalização de hábitos e rotinas na controladoria: um estudo de caso. Revista Contabilidade, Gestão e Governança 17(2):60-77. b) DE CRISTO, F. & GÜNTHER, H. (2015). Hábito: por que devemos estudá-lo e o que podemos fazer? Psico 46(2):233-42. c) DAVID, P. (1985). Clio and the economics of QWERTY. The American Economic Review 75(2):332-37. d) DUHIGG, C. (2012). O poder dos hábitos. Rio de Janeiro: Objetiva, pp 8-192. e) ERSCHE K.; LIM, T.; WARD, L.; ROBBINS, T.; STOCHL, J. (2017). Creature of habit: a self-report measure of habitual routines and automatic tendencies in everyday life. Personality and Individual Differences 116:73-85. f) WOOD, W. et alii (2022). Habits and goals in human behavior: separate but interacting systems. Perspectives on Psychological Science 17(2):590-605. Aula 04 - Interação - Texto Básico: a) ARTHUR, Brian (1994). Inductive reasoning and bounded rationality. American Economic Review 84(2):406-11. - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: UFPR, cap. 4. - Textos Complementares para Seminários: a) ANGULO-TUESTA, A.; SANTOS, L.; ITURRI, J. (2018). Processos e desafios da interação entre pesquisa e política na perspectiva dos pesquisadores. Ciência & Saúde Coletiva 23(1):7-15. b) GRANOVETTER, M. (1973). The strength of weak ties. American Journal of Sociology 78(6):1360-1380. c) HALDANE, A.; & MAY, R. (2011). Systemic risk in banking ecosystems. Nature 469(7330):351-5. d) HODGSON, G. (2000). The concept of emergence in social science: its history and importance. Emergence 2(4):65-77. e) LOTTA, G. (2018). Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. Revista de Sociologia e Política 26(66):145-173. f) NETTO, V.; MEIRELLES, J. & RIBEIRO, F. (2018). Cidade e interação: o papel do espaço urbano na organização social. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana 10(2):249-267. g) OECD (2009). Applications of complexity science for public policy: new tools for finding unanticipated consequences and unrealized opportunities. OECD Global Science Forum Report on a workshop convened on October 5-7, 2008, at the Ettore Majorana International Centre for Scientific Culture, Erice, Sicily. Aula 05 - Confiança - Texto Básico: a) PERELMAN, Michael (1998). The neglected economics of trust: the Bentham Paradox and its implications. American Journal of Economics & Sociology 57(4):381-90. - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: UFPR, cap. 5. - Textos Complementares para Seminários: a) BRUGUÉ, Quim et alii (2018). Confianza democrática y proceso de formulación de políticas públicas: el caso de la política hídrica de Cataluña. Revista de Sociologia e Política 26(67):129-52. b) FELD, L. & FREY, B. (2002). Trust breeds trust: how taxpayers are treated. Economics of Governance 3(2):87-99. c) KAMENOVA, K. & GOODMAN, N. (2015). Public engagement with internet voting in Edmonton: design, outcomes, and challenges to deliberative models. Journal of Public Deliberation 11(2), artigo 4. d) KUMAGAI, S.; IORIO, F. (2020). Building trust in government through citizen engagement. Washington, DC: World Bank Group-Governance. e) LUNDELL, K. (2012). Civic participation and political trust: the impact of compulsory voting. Representation 48(2):221-34. f) SILVA, D.; HOFFMANN, V.; COSTA, H. (2020). Confiança em redes de cooperação do turismo: análise de seu papel e elementos vinculados em Parnaíba, Piauí, Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo 14(2):9-29. Aula 06 - Cooperação - Texto Básico: a) AXELROD, Robert (1986) [1984]. La evolución de la cooperación: el dilema del prisionero y la teoria de juegos. Madrid: Alianza, cap. VII (La promoción de la cooperación). - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: UFPR, cap. 6. - Textos para Seminário: a) ABERS, R. (1998). From clientelism to cooperation: local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brazil. Politics & Society 26(4):511-537. b) DUNAYEV, I.; KUTS, Y.; ZIUZ, O; KRALIA, V. (2020). An analysis of the mechanisms for establishing cooperation between public authorities, the private sector, and the public in domestic waste management in Ukraine. Public Policy and Administration 19(2):314-28. c) LUI, L. et alii (2022). Avanços e desafios na cooperação interfederativa: uma análise dos consórcios intermunicipais de saúde do estado do RS. Novos estudos CEBRAP 41(1):145-62. d) LIN, K-J.; CHEN, Y-S. (2020). Does industry cooperation policy matter? Evidence from five prefectures in Japan. Sustainability 12(9):17p. e) MATUDA, C. et alii (2013). Cooperação interprofissional e a Reforma Sanitária no Brasil: implicações para o modelo de atenção à saúde. Saúde e Sociedade 22(1):173-86. f) SILVA, J. et alii. (2020). A ação coletiva e a cooperação no Sistema Único de Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva 30(3): e300329. Aula 07 - Instituições: Conceito e Importância - Textos Básicos: a) COMMONS, John R. (1931). Economia institucional. In: SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. (orgs.). Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, p. 67-80. b) HODGSON, Geoffrey (2018). O que são instituições. In: SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. (orgs.). Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, p. 121-158. (Escolha um para o fichamento) - Texto de Apoio: a) PESSALI, H. (2016). Nanoelementos da mesoeconomia. Curitiba: UFPR, cap. 7. - Textos para os Seminários: a) BROMLEY, D. (2016). Institutional Economics - dysfunctional states and defective institutional architectures. Journal of Economic Issues 50(2): 309-25. b) BUTLER, D. & BUTLER, R. (2021). The evolution of the football jersey - an institutional perspective. Journal of Institutional Economics, 1-15. c) FREY, B. (1992). Efficiency and democratic political organisation; the case for the referendum. Journal of Public Policy 12(3): 209-22. d) GÓMEZ, G. (2018). Why do people want currency? Institutions, habit, and bricolage in an Argentine marketplace. Evolutionary and Institutional Economics Review 15: 413-30. e) MARKEY-TOWLER, B. (2019). Rules, perception and emotion: When do institutions determine behaviour? Journal of Institutional Economics,15(3):381-96. f) OSTROM, E. & BASURTO, X. (2010). Crafting analytical tools to study institutional change. Journal of Institutional Economics 7(3):317- 43. g) VENTURINI, A. (2021). Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. Revista de Administração Pública 55(6):1250-70.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONCORRÊNCIA E MUDANÇA TECNOLÓGICA

Sigla: PPUB	**Número:** 7061	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: The discipline addresses innovation as a key element of the competitive process. The competitive dynamic in the various market structures takes on specific formats according to the competitive interests imbricated with the innovative processes over time. Innovative dynamics is not self-determined at the same time as it influences it is influenced by competitive dynamics. It begins with this discussion of the interaction between innovation and competitive processes in oligopolistic markets. Following this approach it is rescued from Schumpeter, seeking the root of discussion innovation and competition. Therefore, the discussion adds elements that complicate this relationship (innovation/market) with the notion of cumulative and evolutionary trajectories in complex systems. From this point of view, it addresses the nature of innovation that establishes more or less competitive dynamics in the industrial sectors. Later, the focus is changed for a discussion of competitiveness and innovation focusing on conceptual and analytical aspects. Another relevant aspect to be considered is the competition between technological standards established within

market structures. It is not only innovation "per se" that defines the technological standard, but innovation combined with a competitive strategy. Finally, specific cases are discussed.

Bibliografia:

1. COMPETITION IN OLIGOPOLISTIC MARKETS a) PICTON, M. (2000). Competition, rationality and complexity in economics and biology. In: COLANDER, D. Complexity and history of economic thought. Routledge. b) POSSAS, M. (2002). Concorrência schumpeteriana. In: KUPFER, D. & HASENCLEVER, L. (org.). Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, cap. 17. c) POSSAS, M. (1989). Dinâmica e Concorrência Capitalista – uma abordagem a partir de Marx. S. Paulo: Hucitec. Cap. 2 . d) POSSAS, M. (1989). Dinâmica e Concorrência Capitalista – uma abordagem a partir de Marx. S. Paulo: Hucitec. Cap. 4. 2 INNOVATIONS AND MARKET IN A SCHUMPETERIAN APPROACH a) ROSENBERG, N. (2005). A historiografia do progresso técnico (cap. 1). In: ROSENBERG, N. (2005). Por dentro da caixa preta. Editora Unicamp. b) DOSI, G. (1982) Technological paradigms and technological trajectories: A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. Research Policy. Volume 11, Issue 3, June 1982, Pages 147-162. c) Pérez, Carlota. Revoluciones tecnológicas y paradigmas tecnoeconómicos (Capítulo 4). In: Diana Suárez, Analía Erbes y Florencia Barletta (compiladoras). Teoría de la innovación: evolución, tendencias y desafíos - Herramientas conceptuales para la enseñanza y el aprendizaje. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Madrid: Ediciones Complutense, 2020. d) Motta, Jorge y Morero, Hernán. La teoría moderna de la innovación y sus antecedentes en el pensamiento económico (Capítulo 1). In: Diana Suárez, Analía Erbes y Florencia Barletta (compiladoras). Teoría de la innovación: evolución, tendencias y desafíos - Herramientas conceptuales para la enseñanza y el aprendizaje. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Madrid: Ediciones Complutense, 2020. e) Yoguel, Gabriel. La teoría evolucionista y schumpeteriana de la innovación: de la unidad a la fragmentación epistemológica y ontológica. Rev. Bras. Inov., Campinas (SP), 18 (2), p. 387-416, julho/dezembro 2019 f)NELSON, R. (1990). Capitalism as an Engine of Progress. Research Policy 19, 193-214 g) MOWERY, D. & ROSENBERG, N. (2005). A influência da demanda de mercado nas inovações: uma revisão crítica de alguns estudos empíricos recentes (cap. 10). In: ROSENBERG, N. (2005). Por dentro da caixa preta. Editora Unicamp. 3. INNOVATIONS, CUMULATIVE PROCESSES AND EVOLUTIONARY TRAJECTORY IN COMPLEX SYSTEMS a) DOSI, G. Sources, Procedures and Microeconomic Effects of Innovation. Journal of Economic Literature, XXVI (setembro,1988). b) DOSI, G., NELSON, R. (1994). An Introduction to Evolutionary Theories in Economics. Journal of Evolutionary Economics. c) KIM, L.. (2005). Da imitação à inovação - a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Cap. 4 - Estruturas analíticas. Editora Unicamp. d) KIM, L.. (2005). Da imitação à inovação - a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Cap. 5 - A indústria automobilística:... Editora Unicamp. e) KIM, L.. (2005). Da imitação à inovação - a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Cap. 6 - A indústria de produtos eletrônicos .... Editora Unicamp. f) KIM, L.. (2005). Da imitação à inovação - a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Cap. 7 - A indústria de semicondutores... Editora Unicamp. g) KIM, L.. (2005). Da imitação à inovação - a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Cap. 8 - A imitação e a inovação nas pequenas empresas. Editora Unicamp. 4. INNOVATION AND INDUSTRIAL DYNAMICS a) PAVITT, K. (1984). Sectoral Patterns of Technical Change: towards taxonomy and a theory. Research Policy, 13. b) PAVITT, K. (1994). Key characteristics of large innovating firms. In: DODGSON, M. & ROTHWELL, R. The handbook of industrial innovation. Edward Elgar. c) DOSI, G.; LECHEVALIER, S. & SECCHIY, A.. Introduction: Interfirm heterogeneity - nature, sources and consequences for industrial dynamics. Industrial and Corporate Change, Volume 19, Number 6, pp. 1867-1890. 2010 d) PAVITT, K., ROBSON, M. & TOWNSEND, J.. Technological accumulation, diversification and organisation in uk companies, 1945-1983. Management Science, Vol. 35. No. I. January 1989. e) TANG, J.. Competition and innovation behaviour. Research Policy, 35 (1), p.68-82, Feb 2006 f) DOSI, G.; MARSITI, O.; ORSENIGO, L. & SALVATORE, R.. Learning, Evolution Market Selection and the Industrial Structures. Small Business Economics 7:411-436, 1995. g) DOSI, G. & GRAZZI, M.. On the nature of technologies: knowledge, procedures, artifacts and production inputs. Cambridge Journal of Economics 2010, 34, 173-184. 5. COMPETITIVENESS AND INNOVATION: CONCEPTUAL AND ANALYTICAL ASPECTS a) HAGUENAUER, L. (1989). Competitividade: Conceitos e Medidas. Uma resenha da bibliografia recente, com ênfase no caso brasileiro. IE/UFRJ, Texto para Discussão nº 211. b) Simionescu, Mihaela; Pelinescu, Elena; Khouri, Samer & Bilan, Svitlana. The Main Drivers of Competitiveness in the EU-28 Countries. Journal of competitiveness, 2021, Vol.13 (1), p.129-145. c) FAGERBERG, JAN & SRHOLEC, MARTIN. The Competitiveness of Nations: Why Some Countries Prosper While Others Fall Behind. World Development Vol. 35, No. 10, pp. 1595-1620, 2007. 2007. d) ŞENER, S. & SARIDOĞAN, E.. The Effects Of Science-Technology-Innovation On Competitiveness And Economic Growth. Procedia - Social and Behavioral Sciences, 24, p. 815-828, Jan 2011. e) POSSAS, S. (1999). Concorrência e Competitividade. Notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista. S. Paulo: Hucitec. Cap.6 - 338.6048 P856. f) FANKHAUSER, SAM; BOWEN, ALEX; CALEL, RAPHAEL; DECHEZLEPRETRE,ANTOINE; GROVER, DAVID; RYDGE, JAMES & SATO, MISATO. Who will win the green race? In search of environmental competitiveness and innovation. Global Environmental Change 23 (2013) 902-913. 6. COMPETITION AND TECHNOLOGICAL STANDARDS a) LUDVALL, B..(1995). Standards in an innovative world. In: HAWKINS, R.; MANSELL, R. & SKEA, J.. Standards, innovation and competitiviness. Edward Elgar. b) MANSELL, R. (1995). Standards, industrial policy and innovation. In: HAWKINS, R.; MANSELL, R. & SKEA, J.. Standards, innovation and competitiveness. Edward Elgar. c) TEECE, D. J. Profiting from innovation in the digital economy: Enabling technologies, standards, and licensing models in the wireless world. Research Policy. Volume 47, Issue 8, 2018. d) Foucart, Renaud & Cher Li, Qian. The role of technology standards in product innovation: Theory and evidence from UK manufacturing firms. Research Policy 50 (2021) 104157. e) DAVID, P.. (1995). Standardization policies for network technologies: the flux between freedom and order revisited. In: HAWKINS, R.; MANSELL, R. & SKEA, J.. Standards, innovation and competitiveness. Edward Elgar. f) BITZER, JÜRGEN / SCHRÖDER, PHILIPP J.H.. The Impact of Entry and Competition by Open Source Software on Innovation Activity. The Economics of Open Source Software Development, Jan 2006. g) TECHATASSANASOONTORN, A. A. & SUO, S.. Influences on standards adoption in de facto standardization. Inf Technol Manag (2011) 12:357-385 h) WONGLIMPIYARAT, J.. Technology strategies and standard competition - Comparative innovation cases of Apple and Microsoft. Journal of High Technology Management Research 23 (2012) 90-102 i) DOLFSMA, WILFRED / SEO, DONGBACK..Government policy and technological innovation- a suggestedtypology. Technovation, 33 (6-7), p.173-179, Jun 2013 j) WU, JIE. Technological collaboration in product innovation: The role of market competition and sectoral technological intensity. Research Policy, 41 (2), p.489-496, Mar 2012 k) BERGEK, ANNA / BERGGREN, CHRISTIAN / MAGNUSSON, THOMAS / HOBDAY, MICHAEL. Technological discontinuities and the challenge for incumbent firms: Destruction, disruption or creative accumulation., Research Policy. In Press, Corrected Proof,Apr 2013 l) VIALLE, PIERRE / SONG, JUNJIE / ZHANG, JIAN. Competing with dominant global standards in a catching-up context. The case of mobile standards in China. Telecommunications Policy, 36 (10-11), p.832-846, Nov 2012. 7. CASE STUDIES a) SHAPIRO C. & VARIAN H.. A economia da informação. Cap. 7: As redes e o feedback positivo. b) DAVID, PAUL A.. Clio and the Economics of QWERTY. Economic History, vol. 75, No. 2. c) FREEMAN, C. & SOETE, L. (2005) A economia da inovação industrial. Cap. 6 e 7. Editora Unicamp. d) MOWERY, D. & ROSENBERG, N. (2005). Trajetórias da inovação. Cap. 5. Editora Unicamp. e) Peerally, Jahan Ara; Santiago, Fernando; De Fuentes, Claudia & Moghavvemi, Sedigheh. Towards a firmlevel technological capability framework to endorse and actualize the Fourth Industrial Revolution in developing countries. Research Policy 51 (2022). f) LESTAGE, ROMAIN / FLACHER, DAVID / KIM, YEONBAE / KIM, JIHWAN / KIM, YUNHEE. Competition and investment in telecommunications: Does competition have the same impact on investment by private and state-owned firms? Information Economics and Policy, 25 (1), p.41-50, Mar 2013. g) CAWSON, A.. (1994) Innovation and consumer electrics. In: DODGSON, M. & ROTHWELL, R. The handbook of industrial innovation. Edward Elgar. h) GNYAWALI, D. R. & PARK, B-J (ROBERT). Co-opetition between giants: Collaboration with competitors for technological innovation. Research Policy, 40 (5), p.650-663, Jun 2011 i) GEORGE J.Y. HSU A.; YI-HSING LIN B. & ZHENG-YI WEI. Competition policy for technological innovation in an era of knowledge-based economy. Knowledge-Based Systems 21 (2008) 826-83. j) R.ROY AND J.C.K.H. RIEDEL. Design and innovation in successful product competition. Technovation, 17(10) (1997) 537-548. k) ALEXY, OLIVER / REITZIG, MARKUS. Private - collective innovation, competition, and firms counterintuitive appropriation strategies. Research Policy, 42 (4), p.895-913, May 2013.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: PPUB	**Número:** 7062	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Conceitos de desenvolvimento; o caráter interdisciplinar e as várias dimensões do desenvolvimento; a metamorfose do desenvolvimento numa sociedade globalizada; os efeitos do neoliberalismo e da reforma do Estado na agenda do desenvolvimento; a importância da política pública para o desenvolvimento; a construção de uma nova agenda para a sociedade contemporânea.

Bibliografia:

1. Apresentação e Introdução aos Temas da Disciplina - Bibliografia Básica: a) SATRÚSTEGUI, K. U. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós-desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. Revista Perspectivas do Desenvolvimento. vol. 1 n. 1. 2013. b) SACHS, I. Revisiting Development in Twenty-First Century. International Journal of Political Economy, vol. 38. n. 03, Fall, 2009. - Bibliografia Complementar: a) MARTINUSSEN, J. Conceptions and dimensions of Development. In MARTINUSSEN, J. Society, State and Market: a guide to competing theories of development. London: Ed. Zed Books, 1997. b) BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. Lua Nova: revista de cultura e política, vol. 93, 2014 2. O Sentido do Desenvolvimento - Bibliografia Básica: a) LEYS, C. The Rise and Fall of Development Theory. in EDELMAN, M. and HAUGERUD, A. (eds). The Anthropology of Development and Globalization from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism. Oxford: Blackwell Publishing: 2005. b) SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. In: SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia. das Letras. 2010. - Bibliografia Complementar: a)MALUF, R. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro de 2000: 53-86. b) KRUGMAN, P. The Fall and Rise of Development Economics. In RODWIN, L. and SCHöN, D. A. (eds.) Rethinking the Development Experience. Essays Provoked by the Work of Albert O. Hirschman. Washington, DC, and Cambridge, Mass: The Brookings Institution and The Lincoln Institute of Land Policy, 1994, pp. 39-58. 3. Barreiras Históricas no Processo de Desenvolvimento - Bibliografia Básica: a) CHANG, H. J. Políticas de desenvolvimento econômico:

perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica. In: CHANG, H. J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004. b) REINERT, E. Globalização e primitivização: como os pobres ficam ainda mais pobres. In: REINERT, E. Como os países ricos ficaram ricos... e porque os pobres continuam pobres. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. - Bibliografia Complementar: a) BRESSER-PEREIRA. Desenvolvimento econômico e revolução capitalista. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, set. 2008. 22 p. (Texto para Discussão n. 170). 4. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento - Bibliografia Básica: a) FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade. v. 1, 1992: 5-19. b) FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: R. BIELSCHOWSKY (org.), Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL, 2 vols., RJ: Record, 2000. - Bibliografia Complementar: a) FRANK, A. G. Do subdesenvolvimento capitalista. Edições 70: Lisboa, 1971. [Caps. 1 e 2] b) FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. in ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 5. Relações entre Estado e Mercado - Bibliografia Básica: a) BRESSER PEREIRA, L.C. Estado e mercado no novo desenvolvimentismo. Nueva Sociedade. Outubro, 2007. b) VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. São Paulo em Perspectiva, vol. 20 n. 3, jul/set. 2006. - Bibliografia Complementar: a) BOYER, R. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? Economia e Sociedade, vol. 12. Campinas, 1999. b) GLEDHILL, J. "Disappearing the poor?": a critique of the new wisdoms of social democracy in a age of globatization. in EDELMAN, M. and HAUGERUD, A. (eds). The Anthropology of Development and Globalization from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism. Oxford: Blackwell Publishing: 2005 6. O Fim do Desenvolvimento? - Bibliografia Básica: a) STIGLITZ, J. The promise of development. In STIGLITZ, J. Making globalization work. London: Ed. Norton, 2006. b) ESCOBAR, A. Imagining a Post-Development Era. in EDELMAN, M. and HAUGERUD, A. (eds). The Anthropology of Development and Globalization from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism. Oxford: Blackwell Publishing: 2005. - Bibliografia Complementar: a) ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. in MATO, D. (org). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: 2005. b) AMIN, S. A economia política do século XX. in ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 7. Contradições do Desenvolvimento - o Caso da Usina de Belo Monte - Bibliografia Básica: a) FLEURY, L. e ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. Ambiente e Sociedade. vol. 16, n. 04. São Paulo, 2013. b) CARVALHO, G.; AMARAL, M. e HERRERA, J. A Reprodução Urbana em Altamira - Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos ? 2016. Geografia (Londrina) v. 28. n. 2. pp. 101 ?121, julho/2019. c) Documentário: Belo Monte: depois da inundação. Diretor: Todd Southgate. Duração de 53min55s. Publicado em 07/07/2016. Disponível em: Https://vimeo.com/181830626 - Bibliografia Complementar: a) CALVI, M. F. (Re)Organização produtiva e mudanças na paisagem sob influência da hidrelétrica de Belo Monte. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2019. b) MELO, K. M. S. Lutas sociais e resistências na área de influência da usina hidrelétrica de Belo Monte: a Amazônia no cenário da mundialização do capital. Tese de Doutorado. UnB. Brasília, DF: [s.n.], 2016. c) SILVA, I. e THOMAZ JR, A. Precedentes e interesses envolvidos na territorialização do setor energético na Amazônia e no projeto da UHE Belo Monte. In: HESPANHOL, R. e MELAZZO, E (orgs). A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial. Tupã: ANAP, 2017. d) Documentário: A Batalha de Belo Monte - Especial TV Folha. Direção: Douglas Lambert, Marcelo Leite e Lalo de Almeida. São Paulo/SP. TV Folha. Publicado em 12/03/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CUqGWNYzSIQ e) Documentário: Depois de Belo Monte. Coordenação Geral: Marina Amaral. São Paulo/SP. Agência Pública. Publicado em 07/11/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gqNWBikafEw f) Documentário: Belo Monte - Anúncio de uma Guerra. Diretor: André D'Elia. Produção: Bia Vilela e André D?Elia. Produção Independente a partir de levantamento de recursos pelo Catarse. Publicado em 17/06/2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DIREITO, REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA

Sigla: PPUB	**Número:** 7008	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Direito Econômico. Origem e desenvolvimento histórico. Constituição Econômica e a Ordem Jurídica da Economia. A Constituição Econômica de 1988. O modelo de economia celebrado pela ordem constitucional. Os princípios fundamentais da Ordem Econômica. A Administração Econômica. O Estado como produtor de bens e serviços: a atividade empresarial pública. Privatizações: conceito, variações e tendências. As noções de atividade econômica estatal, serviço público e serviço econômico de interesse geral. O Estado como regulador da economia: âmbito, tipos e procedimento de regulação econômica. O fomento econômico. Direito econômico e política fiscal.

Bibliografia:

1. BERCOVICI, Gilberto. Constituição e estado de exceção permanente - atualidade de Weimar. Rio de Janeiro, Azougue, 2004. 2. FAGUNDES, Jorge. Fundamentos econômicos das políticas de defesa da concorrência. São Paulo, Singular, 2003. 3. FARACO, A.; SANTOS, F. Análise econômica do direito e possibilidades aplicativas no Brasil. Revista de Direito Público da Economia, n. 9, 2005, p. 27-61. 4. FORGIONI, P. Os fundamentos do antitruste. 10 ed. São Paulo, RT, 2018. 5. FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 10 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000. 6. GRAU, E. A ordem econômica na Constituição de 1988. 12a ed. São Paulo, Malheiros, 2014. 7. JOHNSON, S. Emergência - a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. 8. JUSTEN FILHO, M. O direito das agências reguladoras independentes. São Paulo, Dialética, 2002. 9. NUNES, A. Uma introdução à economia política. São Paulo, Quartier Latin, 2007. 10. PEREIRA, L. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil ? para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo, Editora 34, 1996. 11. POSNER, R. Economic analysis of law. 9 ed. New York, Aspen Law and Business, 2014. 12. SALGADO, L. A economia política da ação antitruste. São Paulo, Singular, 1997. 13. SALOMÃO FILHO, C. et. al. Regulação e desenvolvimento. São Paulo, Malheiros, 2002. 14. SUNSTEIN, C. Infotopia- how many minds produce knowledge. New York, Oxford University Press, 2006. 15. VISCUSI, W., & HARRINGTON, J. & SAPPINGTON, D. Economics of regulation and antitrust. Cambridge, Mass.: Heath and Company, 5a ed., 2018.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA ECONÔMICA I

Sigla: PPU	**Número:** 711	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Analisar os elementos que condicionam e orientam a definição, formulação e implantação das políticas públicas de caráter social de acordo com os fundamentos da Teoria da Economia Política do Poder.

Bibliografia:

1. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Presença, 1980. 2. CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 4a. ed. Campinas: Papirus, 1994. 3. FARIA, J. H. de. Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009. 4. FARIA, José Henrique de. Poder, controle & gestão. Curitiba: Juruá, 2016. 5. FRASER, Nancy. Adding Insult to Injury: London: Verso, 2008. 6. FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. Capitalism: A Conversation in Critical Theory. Cambridge: Polity Press, 2018. 7. GRAMSCI, Antonio.

Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 8. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 2007. 9. HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 70, 2011. 10. JESSOP, Bob. State theory: putting the capitalist state in its place. Cambridge: Polity Press, 2013. 11. JESSOP, Bob. The State: past, present, future. Cambridge: Polity Press, 2016. 12. MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. 3a. ed. Lisboa: Presença, 1976. 13. PEDRINI, D. M. e SOUZA, A. R. (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 14. POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 15. SCHWARZMANTEL, John. The state in contemporary society: an introduction. London: Harvester Wheatsheaf, 1994.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA ECONÔMICA II

Sigla: PPUB	**Número:** 7063	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Aborda o desenvolvimento econômico e o desempenho macroeconômico no contexto do desenvolvimento capitalista dos países Europeus e Latino Americanos nos últimos 100 anos. Além de explicar as variáveis macroeconômicas (taxas de crescimento, inflação e desemprego, etc),utilizando as ferramentas analíticas apreendidas na Economia Política da Política Econômica I,analisamos a interação das variáveis macroeconômicas com a mudança das características estruturais da economia no curso da industrialização e transformação capitalista. O quadro analítico inclui, primeiro, instituições entre as variáveis estruturais, e o impacto da distribuição do poder econômico e político sobre essas instituições. Em segundo lugar, examinamos a interação do desempenho econômico com a estrutura da economia para mostrar como cada um causa mudanças no outro.

Bibliografia:

1. BÉRTOLA, L. & OCAMPO, J. The economic development of Latin America since independence. Oxford: Oxford University Press, 2012. 2. CALDENTEY, E. & VERNENGO, M. ?Back to the future: Latin America?s current development strategy.? Journal of Post Keynesian Economics, v. 32, n. 4, 2010. 3. CHANG, H-J. Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective. Londres: Anthem Press, cap. 2, 2002. 4. CORNWALL, J. & CORNWALL, W. Capitalist development in the Twentieth Century: an evolutionary-keynesian analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 5. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. Brasília: IPEA, 2015. 6. SERRANO, F. & MEDEIROS, C. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. Revista de Economia Política, v. 24, n. 2 (94), 2004. 7. SERRANO, F. & SUMMA, R. ?Conflito distributivo e o fim da ?breve era de ouro? da economia brasileira?. Novos estud. CEBRAP, vol.37, no.2, p.175-189, 2018. 8. SICSÚ, J. & PORTARI, D. ?Entrevista:uma matemática portuguesa no além-mar.? In PETRELLI, V. & SIMIONI, M. (orgs.). Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. 9. VERNENGO, M. ? From restrained golden age to creeping platinum age: A periodization of Latin American development in the Robinsonian tradition.? Rev. Econ. Polit., vol.35, no.4, p.683-707, 2015. 10. VERNENGO, M. & CALDENTEY, E. (eds). Why Latin American nations fail development strategies in the Twenty-First Century. Los Angeles: University of California Press, 2017. 11. VERNENGO, M. Technology, finance, and dependency: Latin American radical political economy in retrospect. Review of Radical Political Economics, v. 38, n. 4, pp. 551-568, 2006.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

Sigla: PPUB	**Número:** 7064	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Estudo da dimensão espacial urbana dos processos de produção e reprodução no capitalismo, com ênfase nas relações entre: i) a produção social do espaço; ii) os processos de valorização, acumulação, produção de rendas fundiárias e financeirização do capital, especialmente o imobiliário; iii) o Estado, o planejamento, as políticas urbanas e os circuitos espaciais de acumulação.

Bibliografia:

BUTCHER, Sian (2020). Appropriating rent from greenfield affordable housing: developer practices in Johannesburg. Environment and Planning A: Economy and Space, 52(2), 337-361. DEAK, C. Em busca das categorias da produção do Espaço. São Paulo: Annablume, 2016. P.19-46 FIX, M. Uma ponte para a especulação: a arte da renda na montagem de uma "cidade global". Caderno CRH (UFBA), v. 22, p. 41-64, 2009. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Anablume, 2006. HARVEY, David. (2014) Cidades rebeldes. São Paulo: Martins Fontes,2014. (Cap. A Arte da Renda) HARVEY, David. (2013) Os limites do capital. São Paulo: Boitempo. (Cap. 1. Mercadorias, valores e relações de classe. P.43-88 e Cap. 6 A dinâmica da Acumulação. P.225-264) HARVEY, David. (2013) Os limites do capital. São Paulo: Boitempo. (Cap. 11. A Teoria da Renda. P.427-476) HARVEY, David. (2013) Os limites do capital. São Paulo: Boitempo. (Cap. 12. A produção das configurações espaciais: as mobilidades do Capital e do Trabalho. P.477-522) HARVEY, David. (2014) Para entender o capital. Livros I, II e III. São Paulo: Boitempo, 2014. Páginas a definir. LOJKINE, Jean. (1979) Existe Uma Renda Fundiária Urbana? In: FORTI, R. (ed.). Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Editora Ciências Humanas. MARX, Karl. (2017) Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2017. p. 167-88. MARX, Karl. (2011) O Capital. Livros I, II e III. São Paulo: Boitempo, 2011. MATTIOLI, Giulio; ROBERTS, Cameron; STEINBERGER, Julia K.; BROWN, Andrew. (2020) The political economy of car dependence: A systems of provision approach. Energy Research & Social Science, Volume 66, 2020, 101486. https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101486. MIRAFTAB, Faranak. (2021) Global Restructuring of Social Reproduction and Its Invisible Work in Urban. In: Linda OLIVEIRA, F. L. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 4ª ed. São Paulo, Petrópolis: CEBRAP, Vozes, 1981. (Capítulo: O desenvolvimento capitalista pós-anos 30 e o processo de acumulação). PAULANI, L.M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. In: Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília: IPEA, DINTE. n.10, abr./jun. 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4554/1/BEPI_n10_insercao.pdf (Alternativamente: Artigo escrito a partir da apresentação feita pela autora no colóquio Logros e Retos del Brasil Contenporáneo, ocorrido nas dependências da UNAM, na Cidade do México, de 24 a 26 de agosto de 2011). PEAKE, Elsa KOLETH, Gökbörü Sarp TANYILDIZ, Rajyashree N. REDDY, darren patrick/dp. A Feminist Urban Theory for our Time: Rethinking Social Reproduction and the Urban. John Wiley & Sons Ltd. ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001. ROYER, L. de O. O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: relações e tendências. Cadernos Metrópole, v. 18, p. 33-52, 2016. SHELLER, Mimi. (2018) Mobility Justice: the politics of movement in an age of extremes. London: Verso (Introduction: The Triple Crisis. P. 1-19) SMOLKA, Martin. O (2013). Implementing valuecapture in Latin America: policies and tools for urban development.

Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2013. TOPALOV, Christian (1979). Análise do Ciclo de Reprodução do Capital Investido na Produção da Indústria da Construção Civil. In: FORTI, R. (ed.). Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Editora Ciências Humanas. p. 53-80. VOLOCHKO, D. A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo. São Paulo: Labur, 2008. WILSON, David (1999). The Urban Growth Machine : Critical Perspectives, Two Decades Later. Albany, N.Y. :: State University of New York Press. (Introduction)

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: PPU	**Número:** 749	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Analisar os elementos que condicionam e orientam a definição, formulação e implantação das políticas públicas de caráter social de acordo com os fundamentos da Teoria da Economia Política do Poder.

Bibliografia:

1. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Presença, 1980. 2. CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 4a. ed. Campinas: Papirus, 1994. 3. FARIA, J. H. de. Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009. 4. FARIA, José Henrique de. Poder, controle & gestão. Curitiba: Juruá, 2016. 5. FRASER, Nancy. Adding Insult to Injury: London: Verso, 2008. 6. FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. Capitalism: A Conversation inCritical Theory. Cambridge: Polity Press, 2018. 7. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 8. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 2007. 9. HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 70, 2011. 10. JESSOP,Bob. State theory: putting the capitalist state in its place. Cambridge: Polity Press, 2013. 11. JESSOP, Bob. The State:past, present, future. Cambridge: Polity Press, 2016. 12. ARX,K; ENGELS, F. A ideologia alemã. 3a. ed. Lisboa: Presença,1976. 13. PEDRINI, D. M. e SOUZA, A. R. (orgs). A EconomiaSolidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 14. POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 15. SCHWARZMANTEL, John. The state in contemporary society: an introduction. London: Harvester Wheatsheaf, 1994.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA POLÍTICA E RAZÃO GOVERNAMENTAL

Sigla: PPU	**Número:** 712	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: A construção do saber nas ciências humanas. O saber e o exercício do poder. Microfísica do Poder. Estado e economia política. Biopolítica. Governamentalidade.

Bibliografia:

1. Barry, A.; Osborne, T. & Rose, N. (eds.) (2016). Foucault and political reason - liberalism, neoliberalism and the rationalities of government. London: Routledge. 2. Browning, Gary and Kilmister, Andrew (2006). Critical and Post-critical Political Economy. New York: Palgrave Macmillan. 3. Foucault, Michel (1970). The Order of Discourse. In: Robert Young (ed.) (1981). Untying the Text: A Post-Structuralist Reader. Boston: Routledge & Kegan Paul. 4. _____ (1975). Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Vozes. 5. _____ (1979). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 6. _____ (1994a). Governmentality. In: James D. Faubion (ed.). Michel Foucault. Essential Works of Foucault 1954-1984. Power. Vol. 3. Translated by Robert Hurley and Others. London: Penguin. 7. _____ (1994b). Space, knowledge and power. In: James D. Faubion (ed.). Michel Foucault. Essential Works of Foucault 1954-1984. Power. Vol. 3. London: Penguin. 8. _____ (2000). As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes. 9. _____ (2003) [1975-1976). Society Must Be Defended. Lectures at the Collège de France 1975-1976. New York: Picador. 10. _____ (2008). Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes. 11. Gutting, Gary (1989). Michel Foucault?s Archaeology of Scientific Reason. Cambridge, New York: Cambridge University Press. 12. Habermas, Jurgen (1987). The Philosophical Discourse of Modernity. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. 13. Hacking, Ian (1979). Michel Foucault?s Immature Science. Nous, Vol. 13, No. 1: 39-51. 14. Rezende, H. (org.) (2018). Michel Foucault: Política ? pensamento e ação. São Paulo: Autêntica. 15. Rose, Nikolas & Miller, Peter (1992). Political power beyond the State: problematics of government. British Journal of Sociology. Vo. 43 (2): 173-201.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Sigla: PPU	**Número:** 750	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Conhecer os fundamentos das dimensões epistemológicas que compõem a matriz epistemológica e as metodologias que lhes correspondem, em estudos interdisciplinares, identificando conteúdos, características, limites, possibilidades e diferenças.

Bibliografia:

1. BACHELARD, Gastón. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2006. 2. BERTILSSON, M. The theory of structuration: prospects and problems. Acta Sociologica, v. 27, n. 4, 1984, p. 339-353. 3. BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. 4. COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores). 5. DEWEY, John. Filosofia em reconstrução. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1958. 6. DURKHEIM, Émile. Sociologia. São Paulo: Ática, 1978. 7. FARIA, José Henrique de. Epistemologia, Metodologia e Interdisciplinaridade. Curitiba: EPPEO, 2011. 8. GIDDENS, A. Problemas centrais em Teoria Social: ação, estrutura e contradição na análise socio. Petrópolis: Vozes, 2018. 9. JAMES, William. Pragmatismo. São Paulo: Martin Claret, 2006. 10. LEFEBVRE, Henri. Materialismo dialético e sociologia. Lisboa: Editorial Presença, s/d. 11. LYOTARD, Jean-François. A fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1986. 12. MARX, Karl. O método na economia política. Lisboa: Manuel Xavier, 1974. 13. PIAGET, Jean. O estruturalismo. São Paulo: Difel, 1979. 14. POPPER, Karl R. Los dos problemas fundamentales de la epistemología. Madrid: Editorial Tecnos, 1998. 15. SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs). Teoria e métodos de pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2017.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTADO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Sigla: PPU	**Número:** 753	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: O estado e suas adjetivações. A relação entre os órgãos de soberania. Um olhar sobre o poder executivo. Um olhar sobre o poder legislativo. Um olhar sobre o poder judiciário. Para pensar as instituições.

Bibliografia:

1. AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. 2. AGAMBEN, Giorgio. Meios sem fim: Notas sobre a política. São Paulo: Autêntica, 2015. 3. ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranufo; SANTOS, Fabiano. Governabilidade e representação política na América do Sul. São Paulo: Editora da Unesp, 2004. 4. de 1976. Coimbra: Coimbra, 1996.v. 1. p. 481-513. 5. BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 6. BAUMAN, Zygmunt.; BORDONI, Carlo. Estado de crise. São Paulo: Zahar, 2016. 7. CÂNFORA, Luciano. Crítica da retórica democrática. Tradução: Valéria Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2007 [2002]. 8. CHUEIRI, Vera Karam de. O discurso do constitucionalismo: governo das leis versus governo do povo. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). Direito e discurso: discursos do direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 161-171. 9. COSTA, Pietro. Democrazia politica e Stato costituzionale. Napoli: Editoriale Scientifica, 2006. 10. EMERIQUE, Lilian Márcia Balmant. Direito fundamental como oposição política: discordar, fiscalizar e promover alternância política. Curitiba: Juruá, 2006. 11. GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional. Madrid: Civitas, 1983. 12. GARGARELLA, Roberto. La justicia frente al gobierno: Sobre el carácter contramayoritario del poder judicial. Barcelona: Ariel, 1996. 13. MAUS, Ingeborg. Judiciário como superego da sociedade. O papel da atividade jurisdicional na ?sociedade órfã?. Tradução: Martonio Lima e Paulo Albuquerque. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 58, p. 183-202, nov. 2000 [1989]. 14. SALGADO, Eneida Desiree. Constituição e democracia - Tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 15. SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais eleitorais. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. 16. SANTOS, Boaventura de Sousa. A judicialização da Política. Disponível em: http://www.ces.uc. pt/opiniao/bss/078en.php. Acesso em: 10 dez. 2009.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTRUTURAS INDUSTRIAIS

Sigla: PPU	**Número:** 714	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: The course is focused on the subject of the industrial organisation, fundamentally in the debate about market/competition. It begins with a discussion on the bases of competition which is the concept of the firm, its functions and characteristics. Basically, the firm is seen as a unit that takes decisions to produce under uncertainty defined by the environment. As a result, the focus shifts to the market analysing firms within a (market) structure in a dynamic perspective that implicates differentiation of specific firms and conduct. Therefore, four essential structural competitive elements are added. These elements are networking, innovation systems, university-enterprise relations and industrial policy. In the discussion about Networks is vital to understand that competition no longer occurs between individual firms, but between a series of inter-firm relationships and institutions. Deriving from the generic concept of networks, we address innovation systems and the University-business relationship as essential elements of technological/industrial development. These are two forms of technological/institutional organisation that promote development. Industrial policy is an important element in defining the competitive environment and development.

Bibliografia:

1. THE APPROACH ABOUT THE FIRM a) FRANSMAN, M.. Information, knowledge, vision and theories of the firm. In: DOSI, G., TEECE, D. J. & CHYTRY, J.. Technology, organization and competitiveness - perspectives on industrial and corporate change. Oxford, 1998. b) WINTER, S. (1991). "On Coase, Competence, and the Corporation", In: WILLIAMSON, O. E. e WINTER, S. (Eds.) (1991). The Nature of the Firm: Origins, Evolution, and Development. Oxford: Oxford University. c) CHANDLER JR., A. D.. Scale and scope. The dynamics of industrial capitalism. Cambridge. 1990. Parte I. 338.6440973 C455. d) NELSON, R.. As fontes do crescimento econômico. Editora Unicamp, 2005 (cap. 4). e) GRANSTRAND, O. Towards a theory of the technology-based firm. Research Policy 27 1998.465-489. 2. MARKET STRUCTURE DYNAMICS AND TECHNOLOGICAL INNOVATION a) POSSAS, M.. Estrutura de Mercado em Oligopólio Cap. 3 e 4. 1986. HUCITEC. b) PORTER, M. CAVES, R. E.. From entry barriers to mobility barriers. The Quarterly Journal of Economics, v. XCI, No 2, p. 241-261, may, 1977. c) ROSENBLOOM, R. & CHRISTENSEN, C. M.. Technological Discontinuities, Organizational Capabilities, and Strategic Commitments. In: DOSI, G., TEECE, D. J. & CHYTRY, J.. Technology, organization and competitiveness ? perspectives on industrial and corporate change. Oxford, 1998. d) NELSON, R. R.. The Co-evolution of Technology, Industrial Structure, and Supporting Institutions. In: DOSI, G., TEECE, D. J. & CHYTRY, J.. Technology, organization and competitiveness ? perspectives on industrial and corporate change. Oxford, 1998. e) SCHERER, F. M. & ROSS, D.. Industrial market structure and

economic performance. Cap. 3 Houghton. 1990 (338.0973 S326). f) MUELLER, D. C.. First-mover advantages and path dependence. International Journal of Industrial Organization. 15 (1997) 827-850. 3. NETWORK ECONOMY a) BRITTO, J. Características Estruturais e Modus Operandi das Redes de Firma Em Condições de Diversidade Tecnológica - Tese de Doutorado IE/UFRJ, 1999. Cap. 1, 2 e 3. b) JOERGES, B.. "Large Technical Systems: Concepts and Issues", In: MAYNTZ, R. & HUGHES, T. P. (eds.). The Development of Large Technical Systems, Frankfurt: Campus/Westview 1988, cap. 1. c) GALAMBOS, L.. "Looking for the Boundaries of Technological Determinism: A Brief History of the Telephone System," In: MAYNTZ, R. & HUGHES, T. P. (eds.), The Development of Large Technical Systems, Frankfurt: Campus/Westview 1988, cap. 5. d) DUYSTERS, G. & HAGEDOORN, J.. A colaboração tecnológica internacional: suas consequências para as economias de industrialização recente. In: KIM, L. & NELSON, R.. Tecnologia, aprendizado e inovação - As experiências das economias de industrialização recente. Ed. UNICAMP. 2005. e) FREEMAN, C.. Network of innovators: a synthesis of research issues. Research Policy, 20 (1991) 499-514. f) HAGEDOORN, J. & SCHAKENRAAD, J.. Leading companies and networks of strategic alliances in information technologies. Research Policy, vol. 21, p. 163-190, 1992. g) NOOTEBOOM, B.. Innovation and inter-firm linkages: new implications for policy. Research Policy 28 1999.793?805. 4. INNOVATION SYSTEMS a) LUNDVALL, BENGT-ÅKE. The learning economy and the economics of hope. Cap.4 - National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning. ANTHEM PRESS. b) LUNDVALL, BENGT-ÅKE. The learning economy and the economics of hope. Cap.5 - The Learning Economy. ANTHEM PRESS. c) FREEMAN, C. & SOETE, L. A Economia da inovação industrial. Cap. 12 - Os sistemas nacionais de inovações. d) MALERBA, F. Sectoral system of innovation. Cap. 1 - Sectoral system of innovation: basic concepts. e) MALERBA, F. Sectoral system of innovation. Cap. 9 - National institutional frameworks, institutional complementarities and sectoral system of innovation. f) Ascania, Andrea; Bettarelli, Luca; Resmini, Laura & Ballandd, Pierre-Alexandre. Global networks, local specialisation and regional patterns of innovation. Research Policy, Volume 49, Issue 8, October 2020, 104031. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733320301104. g) DODGSON, M. & ROTHWELL, R. The handbook of industrial innovation. Cap. 1 - MARCEAU, J. Cluster, chain and complexes: three approach to innovation with a public policy perspective. h) DODGSON, M. & ROTHWELL, R. The handbook of industrial innovation. Cap. 3 - COOKE, P. & MORGAN, K. The creative milieu: a regional perspective on innovation. i) FREEMAN, C. System of innovation. Cap. 6 - Continental, national and sub-national innovation system. j) LUNDVALL, B.-A., JOSEPH, K.J., CHAMINADE, C. & VANG, J.. Handbook of innovation system and developing countries. Cap. 1. Innovation system research and developing countries. 5. UNIVERSITY-INTERPRISE INTERACTION a) RIBEIRO, L., BRITTO, G., KRUSS, G. & ALBUQUERQUE, E.. Global interactions between firms and universities: a tentative typology and an empirical investigation. b) Kang, Yankun & Liub, Ruiming. Does the merger of universities promote their scientific research performance? Evidence from China. Research Policy. Volume 50, Issue 1, January 2021, 104098. https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0048733320301736? token=051EF4768EA5A7E3E7E2C6241A04794E069B8E72F2D8D04960AB0C9B9E1FDA7C502677E9D4DCC6FE628E809AE9352AAB. c) PINHO, M. & FERNANDES, A. C.. Relevance of university-industry links for firms from developing countries: exploring different surveys. d) LUNDVALL, B.-A., JOSEPH, K.J., CHAMINADE, C. & VANG, J.. Handbook of innovation system and developing countries. Cap. 11. The role of universities in innovation system in developing countries. e) ETZKOWITZ, H. Triple helix- university - industry - government. Cap. 1. f) Mowery, D; Nelson, R.; Sampat, B. & Ziedonis, A.. Ivory Tower and Industrial Innovation. Cap. 2 - Historical overview: American universities and technical progress in industry. g) SHERWOOD, A. L. & COVIN, J. G. (2008). Knowledge Acquisition in University-Industry Alliances: an empirical investigation from a learning theory perspective. The Journal of Product Innovation Management. 6. INDUSTRIAL POLICY - FOUNDATIONS a) EVANS, P. Autonomia e parceria. Caps. 1 e 2. 2004. Editora UFRJ. b) CHANG, HÁ JOON. Chutando a escada - A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Cap. 2 - Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica. c) STEINMUELLER, W. E.. ICTs and the possibilities for leapfrogging by developing countries. International Labour Review, Vol. 140 (2001), No. 2. d) Mealy, Penny & Teytelboym, Alexander. Economic complexity and the green economy. Research Policy, Available online 8 April 2020, 103948. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733320300287. e) SUZIGAN, W.; GARCIA, R. & FEITOSA, P. H. A. Institutions and industrial policy in Brazil after two decades: have we built the needed institutions? Economics of Innovation and New Technology. DOI: 10.1080/10438599.2020.1719629. ISSN 1476-8364 (Online). https://www.tandfonline.com/loi/gein20. 2020. f) MAZZUCATO, M..O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. Da INTRODUÇÃO ao Cap. 4. g) EDLER, J. & FAGERBERG, j.. Innovation Policy: What, Why & How. TIK Centre for technology, innovation and culture. University of OSLO. Norway h) CIMOLI, MARIO; DOSI, GIOVANNI; NELSON, RICHARD R. & STIGLITZ, JOSEPH. Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro (RJ), 6 (1), p.55-85, janeiro/junho 2007. 7. INDUSTRIAL POLICY-EXPERIENCES a) EVANS, P., IN SEARCH OF THE 21ST CENTURY DEVELOPMENTAL STATE. Working Paper No. 4, December 2008. The Centre for Global Political Economy - University of Sussex. b) Kanger, Laur; Sovacool, Benjamin K.& Noorkõiv, Martin. Six policy intervention points for sustainability transitions: A conceptual framework and a systematic literature review. Research Policy. Volume 49, Issue 7, September 2020, 104072. https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0048733320301505? token=2E9C76F117E748304B9B5F674D6F1551F3C8C5EE69CCA8622E25CD4B47FB6749FA6436737F38BBB7949625EA3CAD89E9. c) Andreoni, A.;Chang, Ha-Joon & Labruni, M. Natura Non Facit Saltus: Challenges and Opportunities for Digital Industrialisation Across Developing Countries. The European Journal of Development Research (2021) 33:330-370. https://doi.org/10.1057/s41287-020-00355-z. d) Fagerberg, Jan & Verspagen, Bart. Innovation?diffusion, the economy and contemporary challenges: a comment. Industrial and Corporate Change, 2020, Vol. 29, No. 4, 1067-1073. doi: 10.1093/icc/dtaa019. e) MAZZUCATO, M..O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. Ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. Do Cap. 5 ao 9. f) EVANS, P. Autonomia e parceria. Caps. 4 a 10. 2004. Editora UFRJ. g) Pereira D. M. Epistemic policies: Sectoral funds, support for innovation, and science in Brazil. ISSN 2178- 2822DOI: https://doi.org/10.20396/rbi.v19i0.8654540. Rev. Bras. Inov., Campinas (SP), v.19, p. 1-24, e020003, 2020.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTUDO DE ELITES POLÍTICAS: QUESTÕES DE TEORIA E MÉTODO

Sigla: PPU	**Número:** 755	**Créditos:** 4
Data de Início: 25/08/2014	**Data de Fim:** -	

Ementa: O objetivo deste curso é apresentar aos alunos os fundamentos teóricos e metodológicos dos estudos sobre as elites políticas, desde a sua origem nos autores clássicos até os estudos contemporâneos.

Bibliografia:

AULA 01 - SITUANDO O DEBATE CONTEMPORÂNEO Bibliografia Básica: 1. Allen, N., Magni, G., Searing, D., & Warncke, P. (2020). What is a career politician? Theories, concepts, and measures. European Political Science Review, 12(2), 1–19. https://doi.org/10.1017/S1755773920000077 2. Vercesi, M. (2018). Approaches and lessons in political career research: Babel or pieces of a patchwork? Revista Española de Ciencia Política, 48, 183–206. https://doi.org/10.21308/recp.48.07 AULA 02 - PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA Bibliografia Básica: 1. Eliassen, K. A., & Pedersen, M. N. (1978). Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway. Comparative Studies in Society and History, 20(2), 286–318. http://www.jstor.org/stable/178050 2. Cotta, M., & Best, H. (2000). Between professionalization and democratization: A synoptic view on the making of the European representative. In H. Best & M. Cotta (Eds.), Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. (pp. 493–526). Oxford University Press. AULA 03 - PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA NO LEGISLATIVO Bibliografia Básica: 1. Squire, P. (1992). Legislative Professionalization and Membership Diversity in State Legislatures. Legislative Studies Quarterly, 17(1), 69–79. https://doi.org/10.2307/440081 2. Searing, D. D. (1987). New Roles for Postwar British Politics: Ideologues, Generalists, Specialists, and the Progress of Professionalization in Parliament. Comparative Politics, 19(4), 431–452. http://www.jstor.org/stable/10.2307/421816 AULA 04 - AMBIÇÃO POLÍTICA Bibliografia Básica: 1. Schlesinger, J. A. (1966). Ambition and Politics: Political Careers in the United States. Rand McNally. 2. Rohde, D. W. (2012). Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. Revista Brasileira de Ciência Política, 8, 209–236. https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200008 AULA 05 - BASES SOCIAIS DA REPRESENTAÇÃO Bibliografia Básica: 1. Norris, P., & Lovenduski, J. (1995). Political Recruitment: Gender, Race, and Class in the British Parliament. Cambridge University Press. 2. Gaxie, D. (2012). As lógicas do recrutamento político. Revista Brasileira de Ciência Política, 8, 165–208. https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007 AULA 06 - GABINETE DE MINISTROS Bibliografia Básica: 1. Camerlo, M., & Pérez-Liñán, A. (2015). The Politics of Minister Retention in Presidential Systems: Technocrats, Partisans, and Government Approval. Comparative Politics, 47(3), 315–333. https://doi.org/10.5129/001041515814709310 2. Joignant, A. (2011). The Politics of Technopols: Resources, Political Competence and Collective Leadership in Chile, 1990–2010. Journal of Latin American Studies, 43(3), 517–546. https://doi.org/10.1017/S0022216X11000423 AULA 07 - A ELITE ESTATAL Bibliografia Básica: 1. Adolph, C. (2013). Central banker careers and inflation in industrial democracies. In Bankers, Bureaucrats, and Central Bank Politics: The Myth of Neutrality (Cambridge Studies in Comparative Politics, pp. 70-115). Cambridge: Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9781139506762.003 2. Codato, A., Perissinotto, R., Dantas, E. G., & Cavalieri, M. (2019). La connexion financière. La porte tournante de la Banque centrale du Brésil. Gouvernement et Action Publique, 1(1), 137–155. https://doi.org/10.3917/gap.191.0137 AULA 08 - MULHERES NO PARLAMENTO Bibliografia Básica: 1. Wängnerud, L. (2009). Women in Parliaments: Descriptive and Substantive Representation. Annual Review of Political Science, 12(1), 51–69. https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.053106.123839 2. Christmas-Best, V., & Kjaer, U. (2007). Why so Few and Why so Slow? Women as Parliamentary Representatives in Europe from a Longitudinal Perspective. In M. Cotta & H. Best (Eds.), Democratic Representation in Europe. Diversity, Change, and Convergence. Oxford: Oxford University Press. AULA 09 - MINORIAS ÉTNICAS Bibliografia Básica: 1. Casellas, J. P. (2010). Latino Representation in State Houses and Congress. Cambridge University Press 2. Squire, P. (1992). Legislative Professionalization and Membership Diversity in State Legislatures. Legislative Studies Quarterly, 17(1), 69–79. https://doi.org/10.2307/440081 AULA 10 - NOVATOS E OUTSIDERS Bibliografia Básica: 1. Barr, R. R. (2009). Populists, Outsiders and Anti-Establishment Politics. Party Politics, 15(1), 29–48. https://doi.org/10.1177/1354068808097890 2. Norris, P., & Inglehart, R. (2018). Cultural Backlash: Trump, Brexit, and the Rise of Authoritarian Populism. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781108595841

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Sigla: PPU	**Número:** 715	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Estudo de temas e questionamentos das principais abordagens filosóficas da política no pensamento contemporâneo (séc. XIX e XX). Trata-se de investigar a especificidade das questões da filosofia política, sem perder de vista que, no pensamento contemporâneo, elas se inserem frequentemente em diagnósticos críticos do tempo presente. Sob essa perspectiva, destacam-se temas como as diferentes teorias da ação política; concepções de democracia, de revolução, de liberdade e do totalitarismo; a questão da soberania e suas críticas contemporâneas; a crise da política na era da globalização; a questão da biopolítica; concepções fundacionistas e anti-fundacionistas na definição do ?político?; a dimensão política da reflexão estética; humanismo e anti-humanismo no pensamento político contemporâneo; o debate entre liberais, comunitaristas e decisionistas; concepções de republicanismo e de esfera pública, a teoria crítica da sociedade e o marxismo ocidental.

Bibliografia:

ARENDT, H.: The Human Condition, Chicago, Illinois, The University of Chicago Press, 1958. _____: On Revolution, NY, Viking Press, 1965. _____: Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought, NY, Viking Press, 1968. _____: The Origins of Totalitarianism, NY, Harvester Books, 1968. _____: On Violence, NY, Harcourt Brace Jovanovich, 1970. BENHABIB, S. The reluctant modernism of Hannah Arendt. Sage Publications, 1996. BENJAMIN, W.: Gesammelte Schriften, 7. Vols, Frankfurt a.M., Suhrkamp Verlag, 1972. BERNSTEIN, R. The New Constellation: the Ethical-Political horizons of Modernity/Postmodernity. Cambridge: MIT Press, 1992. COHEN, J.L. e ARATO, A.: Civil Society and Political Theory, Cambridge, MIT Press, 1992. DALLMAYR, F.: Twilight of Subjectivity: Contributions to a Post-Individualist Theory of Politics, Amherst, University of Massachussets Press, 1981. _____: Polis and Praxis, Cambridge, MIT Press, 1984. DANA VILLA, R. Arendt and Heidegger: the fate of the political. Princeton University Press, 1996. DERRIDA, J.: De l?Esprit, Paris, Galilée, 1987. _____: Politiques de l?Amitié, Paris, Galilée, 1994. DUARTE, A. O pensamento à sombra da ruptura ? política e filosofia em Hannah Arendt. RJ: Paz e Terra, 2000. ESPOSITO, R. Bios. Biopolitica e filosofia. Torino: Einaudi, 2004. _____. Immunitas. Protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. FOUCAULT, M.: Dits et Écrits, Volume I. Paris: Gallimard, 1994. _____. Dits et Écrits, Volume III. Paris: Gallimard, 1994. _____. Dits et Écrits, volume IV. Paris, Gallimard, 1994. _____: Histoire de la Sexualité. La volonté de savoir. Paris: Gallilmard, 1984. _____: Histoire de la Sexualité. Le souci de soi. Paris: Gallimard, 2008. _____: Histoire de la Sexualité. L?usage des plaisirs. Paris: Gallimard, 1984. _____. Naissance de la biopolitique. Paris: Gallimard Seuil, 2004. _____. Securité, territoire, population. Paris: Gallimard, 2004. _____. Surveiller et Punir. Paris: Gallimard, 20003. HABERMAS, J.: Theorie des kommunikativen Handelns, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1981. _____: Strukturwandel der Öffentlichkeit, Neuwied, 1962. _____. Der Philosophische Diskurs der Moderne. Zwölfe Vorlesungen. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag, 1988. HEIDEGGER, M.: Discurso da Reitoria, tradução de F. Castilho, edição bilingue, Curitiba, Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1997. LACOUE-LABARTHE, P.: La Fiction du Politique, Heidegger, l'art et la politique, Paris, Christian Bourgois Éditeur, 1988. LEFORT, C.: L? Invention Démocratique, Paris, Fayard, 1981. _____: Essays sur le Politique, Paris, Seuil, 1986. NEGRI, A.; HARDT, M. Império. Barcelona: Paidós, 2002. PÉLBART, P. P. Vida capital. Ensaios de biopolítica. SP: Iluminuras, 2003. RAWLS, J.: A Theory of Justice, Harvard, Harvard University Press, 1971. SCHMITT, C. Théologie Politique. Paris: Gallimard, 1984. WALZER, M.: Spheres of Justice, NY, Basic Books, 1993. WOLIN, R: The Politics of Being, N.Y., Columbia University Press, 1990. WHITE, S. K.: Political Theory and Postmodernism, Cambridge University Press, 1991.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Sigla: PPU	**Número:** 716	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: A questão do surgimento do discurso econômico. Escolas de economia científica: classicismo e neoclassicismo, marxismo, institucionalismo, pós-keynesianismo e a vertente austríaca Racionalidade do agente econômico: substantiva e procedimental. A questão do tempo nas teorias econômicas. Equilíbrio e teleologia. Pertinência da matematização. Ética, valores, visões de mundo e teoria econômica: argumentos para o pluralismo.

Bibliografia:

ALDRED, J. The Skeptical Economist: reaveling the ethics inside economics. London: Earthscan, 2009. ARIDA, P. A História do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. GALA, P. (orgs.) A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. São Paulo: Editora 34, 2003. BIANCHI, A. M. Muitos Métodos é o Método: a respeito do pluralismo. Revista de Economia Política. vol. 12, n.2, 1992. CALDWELL. B. A Critique of Friedman?s Methodological Instrumentalism. Southern Economic Journal. vol. 47, n. 2, 1980. CALDWELL, B. Beyond Positivism. London: George Allan & Unwin, 1982. CALDWELL, B. Comments: varieties of pluralism. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. Pluralism in: Economics: new perspectives in history and methodology. EAEPE & Edward Elgar: Cheltenham,1997. DAVIS, J. D. HANDS, W. USKALI, M. (eds). The Handbook of Economic Methodology. Cheltenham: Edward Elgar, 1998. DILTHEY, W. Introduccion a las Ciencias del Espiritu. Cidade do México & Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1949. DILTHEY, W.. A Compreensão do Outro e de suas Manifestações de Vida. In: GARDINER, P. Teorias da História. Fundação Calouste Gulbekian: Lisboa, 1974. DILTHEY, W. Teoria das Concepções de Mundo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992. DOW, S. The Methodology of Macroeconomic Thought: a conceptual analysis of schools of thought in economics. Ed. Rev. Edward Elgar: Cheltenham, 1996. DOW, S. Methodological Pluralism and Pluralism of Method. In: SALANTI, A. SCREPANTI,E. Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology. Cheltenham: EAEPE &Edward Elgar, 1997. DOW, S. Structured Pluralism. Journal of Economic Methodology. vol. 11, n. 3, 2004. FRIEDMAN, M. The Methodology of Positive Economics. In: FRIEDMAN, M. Essays in Positive Economics. Chicago: University of Chicago Press, 1966. FOUCAULT, M. As Palavras e as Coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1981. HANDS, W. Reflection without rules: economic methodology and contemporary science theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. HANDS, W. Economic methodology is dead ? long live economic methodology: thirteen theses on the new economic methodology. Journal of Economic Methodology. vol. 8, n. 1, 2003. HAMILTON, D. Evolutionary Economics: a study of change in economic thought. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1970. HODGSON, G. What Is the Essence of Institutional Economics? Journal of Economic Issues. vol. 34, n. 2, 2000. HODGSON, G. How Economics Forgot History: the problem of historical specificity in social science. Routledge: London, 2001. HODGSON, G. The Evolution of Institutional Economics. London: Routledge, 2004. HOLTON, G. A imaginação Científica. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. HOLTON, G.

Thematic Origins of Scientific Thought: Kepler to Eistein. ed. rev. London: HarvardUniversity Press, 1988. King, J. E. (2004). ThreeArgumentsforPluralisminEconomics. Post-AutisticEconomicsReview. n. 23. Disponívelem: http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue23.htm, 2004. LAWSON, T. Reorienting Economics. London: Routledge, 2003. MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. MIROWSKI, P. More Heat than Light: economics as social physics, physics as nature economics. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. MIROWSKI, P. Machine Dreams: economics becomes a cyborg science. Cambridge, New York; Cambridge University Press, 2002. MYRDAL, G. Value in Social Theory: a selection of essays on methodology. London: Routledge & Kegan Paul, 1958. NELSON, R.; WINTER, S. An evolutionary theory of economic change. Cambridge: Harvard University, 1982. PEACOCK, M. Explaining Theory Choice: An Assesment of the Critical Realist Contribution to Explanation in Science. Journal for the Theory of Social Behaviour. vol. 30, n. 3, 2000. REIS, J. C. Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais. Londrina: Eduel, 2003. ROBINSON, J. Filosofia Econômica. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. SALANTI, A. Introduction. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997. SALANTI, A. SCREPANTI, E. Pluralism in: Economics: new perspectives in history and methodology. EAEPE & Edward Elgar: Cheltenham,1997. SEN, A. Rational fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory. In: HAHN, F.; HOLLIS, M. (eds) Philosophy and economic theory. London: Oxford University, 1979. SEN, A. Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Sent, E.-M. Pleas for Pluralism. Post-Autistic Economics Review. n. 18. Disponível em: http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue18.htm. 2003. SIMON, H. Rationality as process and as product of thought. American Economic Review. v. 68, n. 2, 1978. SIMON, H. From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F.; HOLLIS, M. (eds) Philosophy and economic theory. London: Oxford University, 1979. SIMON, H. Models of bounded rationality. Cambridge, Mass: MIT, 1997. WEINTRAUB, R. How Economics Became a Mathematical Science. Durham: Duke University Press, 2002. WILBER, C. HARRISON, R. The Methodological Basis of Institutional Economics: Pattern Model, Storytelling and Holism. Journal of Economic Issues. vol. 12, n. 1, 1978.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

GOVERNANÇA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Sigla: PPU	**Número:** 741	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Tecnologias emergentes, controvérsias científicas e sociedade. Evolução das formas de governança da ciência e da tecnologia. Avaliação de tecnologias. Estudos ELSI (aspectos éticos, legais e sociais) da ciência e da tecnologia. Gestão e comunicação de riscos. Cidadãos e especialistas. Controle democrático da tecnologia. Mecanismos de participação pública.

Bibliografia:

VOLTI, R. Society and Technological Change. New York: Worth Publishers, 2010. MOORE, K. Organizing Integrity: American Science and the Creation of Public Interest Science Organizations, 1955-1975. American Journal of Sociology 101-6: 1592-1627, 1996. EPSTEIN, S. Patient Groups and health movements. In HACKETT, E., AMSTRRDAMSKA, O., & WAJMAN, J. The Handbook of Science and Society Studies. Third Edition. Boston, Mass: MIT Press, 2008. GOMEZ, F.J.; DURLAN, C.; CÁCERES, S. & MENDIZÁBAL, G. La participación pública en el contexto de los proyectos tecnológicos. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad. 4, 10: 139-157, 2008. HESS, D., BREIMAN, S., CAMPBELL, N. & MARTIN, B. Science, Technology and Social Movements. . In HACKETT, E., AMSTRRDAMSKA, O., & WAJMAN, J. The Handbook of Science and Society Studies. Third Edition. Boston, Mass: MIT Press, 2008. MC GINN, R. Social control of Science and Technology. In Science, Technology and Society. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1991. SCHOT, J. & RIP, A. The past and future of constructive technology assessment. Technological Forecasting and Social Change 54, Issues 2-3 : 251-268, 1997. COLLINS, H. Rethinking the role of expertise. Chicago: University of Chicago Press, 2007. COLLINS, H. The third wave of Science Studies: studies of expertise and experience. Social Studies of Science, 3, 2: 235296, 2002. JASSANOFF, S. Breaking the waves in Science Studies: comment on H. M. Collins and Robert Evans, The third wave of Science Studies. Social Studies of Science, 33, 3: 389400, 2003. JASANOFF, Sheila. Transparency in public science: purposes, reasons, limits. Law and contemporary problems. Vol 69: 21-45, 2006 MICHAELS, D. Manufacturing Uncertainty: Contested Science and the Protection of the Public's Health and Environment. American Journal of Public Health, Supplement 1, 95: 39-48, 2005. HENNEN, L. Participatory technology assessment: a response to technical modernity? Science and Public Policy 26, 5: 303-312, 1999. INVERNIZZI, N. Science Policy and Social Inclusion: Advances and Limits of Brazilian Nanotechnology Policy. In Cozzens, S. and Wetmore, J. The Yearbook of Nanotechnology in Society II. New York: Springer, 2010. LEITE, M. As promessas do Genoma. São Paulo: Editora Unesp, 2007. GUSTON, D. & SAREWITZ, D. Real time technology assessment. Technology in Society 24, Issues 1-2: 93-109, 2002. DURANT, J. Participatory technology assessment and the democratic model of the public understanding of science. Science and Public Policy 26, 5, 1: 313-319, 1999. DUPUY, J. P. Foreword: The Double Language of Science, and Why It Is So Difficult to Have a Proper Public Debate about the Nanotechnology Program. In ALHOFF, & LIN, P. Nanotechnology & Society: Current and Emerging Ethical Issues. New York, NY: Springer, 2008. PLOUGH, A.& KRIMSKY, S. The Emergence of Risk Communication Studies: Social and Political Context. Science, Technology, & Human Values 12, 3/4: 4-10, Special Issue on the Technical and Ethical Aspects of Risk Communication, 1987. BECK, U., Risk Society: Towards a New Modernity, New York: Sage, 1992. OLIVEIRA, M.A.; SANTOS, E.M. & MELO, J.C. AIDS, ativismo e regulação de ensaios clínicos no Brasil: o Protocolo 028 Cadernos de Saúde Pública 17,4: 863-875, 2001. LEITE, M. Arautos da razão: a paralisia no debate sobre transgênicos e meio ambiente. Novos Estudos CEBRAP 78: 41-47, 2007 PELAEZ, V. Biopoder & regulação da tecnologia: o caráter normativo da análise de risco dos OGMS. Ambiente & Sociedade 7,2: 145-158, 2004.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Sigla: PPU	**Número:** 717	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Questões metodológicas: escolas de economia, história e historiografia, ciência econômica e história econômica. O advento do capitalismo: colapso do feudalismo, o capitalismo comercial e a acumulação primitiva de capital. As revoluções da ascensão do capitalismo: a inglesa, a francesa, a industrial. Expansão do capitalismo, crises periódicas e imperialismo. A tentativa de superação forçada: revolução russa.

Bibliografia:

AULA 01 - INTRODUÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL a) BRAUDEL (1985) "A dinâmica do capitalismo", Ed Rocco. b) POLANYI, K. (2000) "A grande transformação", ed. Campos - Capítulo 1. c) ARRIGHI, G. (1994) "O longo século XX". Rio de Janeiro, ed. Contraponto/Unesp, pags 27-84. AULA 02 - DA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS MERCADOS AO CAPITALISMO FRAGMENTADO DO SÉCULO XX a) POLANYI, K. (2000) "A grande transformação", ed. Campos - Capítulo 2. b) BEAUD, M. (1987) "História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias", ed. Brasiliense, caps 4 e 5. AULA 03 - A REMODELAÇÃO DO CAPITALISMO APÓS A II GUERRA a) HARVEY, D. (2005) "O novo imperialismo", ed Loyola, pags 31-76. b) GILPIN, R. (2002) "Economia

política das relações internacionais", cap. 4, Editora da UNB. AULA 04 - CRISE DE BRETTON WOODS E RENASCIMENTO DO CAPITALISMO GLOBAL a) FIORI, J. L. (1997) "Globalização, hegemonia e império", in Tavares, M.C. e J.L. Fiori. "Poder e dinheiro", ed Vozes, pags 87-147. b) WEISS, L. (2000) "Globalization and state power" in Development and Society Volume 29 Number 1, June 2000, pp. 1-15. c) WOODLEY, D. (2015) Globalization and Capitalist Geopolitics: Sovereignty and State Power in a Multipolar World, ed. Routledge, NY. Cap 1, pags. 1-21. AULA 05 - A ORDEM NEOLIBRAL E O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO a) STRANGE, S. (2009) "The retreat of the State: the diffusion of power in the world economy", Cambridge University Press, pags 66-87. b) HARVEY, D. (2005) "O neoliberalismo: história e implicações", Ed. Loyola, cap. 3. c) FRANCO, F. et all (2021) "O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo", in SAFATLE, W., JUNIOR, N. S. e DUNKER, C. "Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico", pags 47–75. AULA 06 - CAPITALISMO E DEMOCRACIA: ESTRANHOS NO NINHO a) CROUCH, C. (2013) "From Markets versus States to Corporations versus Civil Society? From Markets vs States to Corporations vs Civil Society", in Schäfer, A. and Wolfgang Streeck (eds) "Politics in the age of austerity", Polity Press. b) STREECK, W. (2013) "The Crisis in Context: Democratic Capitalism and its Contradictions", in Schäfer, A. and Wolfgang Streeck (eds) "Politics in the age of austerity", Polity Press. AULA 07 - PERSPECTIVAS DA ORDEM GLOBAL NO SÉCULO XXI a) MILANOVIC, B. (2019) "Capitalism, alone: the future of system that rules the world", Belknap Press, Cambridge and London, Cap. 2. b) PIKETY, T. (2014) "Capital in the twentieth first century", ed. pags 237-303. c) STIGLITZ (2010) "The price of inequality", ed. W. W. Norton & company New York, London , pags 23-107.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INOVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL

Sigla: PPU	**Número:** 718	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: As origens e a consolidação do padrão produtivista. A ?Revolução Verde? e a difusão internacional de tecnologias agrícolas. A teoria da inovação induzida. As contribuições da economia institucional e evolucionária. As atuais transformações tecnológicas, institucionais e organizacionais da pesquisa agrícola e dos principais sistemas e complexos agroindustriais. As fontes de dinamismo agroindustrial e as formas de proteção à propriedade intelectual. Políticas públicas e o atual cenário agrícola e agroindustrial brasileiro.

Bibliografia:

1. BATALHA, M. O.; CHAVES, G. L. D.; SOUZA FILHO, H. M. C&T e I para a produção agropecuária brasileira: mensurando e qualificando gastos públicos. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 47, n. 1, 2009. 2. BEINTEMA, N. M.; ÁVILA, A. F. D.; PARDEY, P. G. P&D agropecuário no Brasil - Política, Investimentos e Perfil Institucional. Instituto Internacional De Pesquisas Sobre Políticas Alimentares. Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Washington D.C.: agosto 2001. 3. BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. A política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. In: Batalha, M. O. (coord.) Gestão Agroindustrial, Vol.2, 4ª ed., Ed. Atlas, 2007. 4. BUAINAIN, A. M.; SOUZA, M.; NAVARRO, Z. (eds.). Globalization and Agriculture: Redefining Unequal Development. Lanham: Lexington, 2017. 5. COCHRANE, W. W. The Development of American Agriculture. University of Minnesota Press, 1979. 6. FALCON, W.P; FOWLER, C. Carving up the commons ? emergence of a new international regime for germplasm development and transfer. Food Policy, v. 27, pp.197-222, 2002. 7. FUKUDA-PARR, S. Emergence and Global Spread of GM Crops: Explaining the Role of Institutional Change?. In: FUKUDA-PARR, S. The Gene Revolution - GM crops and unequal development, London, Earthscan, p.15-35, 2007. 8. HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. Desenvolvimento agrícola, Teoria e experiências internacionais. Brasília: EMBRAPA, 1988. 9. KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; SILVA, J. G.; SILVEIRA, J. M. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, P.; FONSECA, R. B. & BELIK,W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In Delgado, G. C.; Gasques, J. G. & Villa Verde, C. M. Agricultura e Políticas Públicas. IPEA, Brasília, 1990. 10. LIMA, D. M. A. & WILKINSON, J. Inovação nas tradições da agricultura familiar. CNPq, Brasília, 2002. 11. POSSAS, M. L.; SALLES FILHO, S. L. M. & SILVEIRA, J. M. J. An evolutionary approach to technological innovation in agriculture: some preliminary remarks. Research Policy, 25, p.933-45, 1996. 12. SALLES-FILHO, S.L.M. A dinâmica tecnológica da agricultura: perspectivas da biotecnologia. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. 13. SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1965. 14. VEIGA, J. E. (org.). Transgênicos ? sementes da discórdia. São Paulo: Senac, 2017. 15. WILKINSON, J.; GOODMAN, D. Les Analyses en termes de "food regime": une relecture. In: ALLAIRE, G.; DAVIRON, Benoit. (Org.). Transformations Agricoles et Agroalimentaires. Paris: Quae, p. 298-318, 2017.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTITUIÇÕES DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Sigla: PPUB	**Número:** 7065	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Experiências participativas têm sido discutidas, demandadas e implementadas nas democracias modernas em diversos desenhos institucionais. Essas experiências têm sido objeto de análise quanto à sua representatividade na base dos interesses envolvidos, à estrutura interna de decisão e à sua influência na execução de políticas públicas. Neste curso abordamos o desenho institucional de tais institutos participativos de decisões sobre as políticas em sua capacidade de potencializar ou restringir qualidades democráticas básicas.

Bibliografia:

1. SMITH, G. Democratic innovations: designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 2. PESSALI, H. & GOMES, B. (orgs.). Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba. Curitiba: PUCPress, 2020. Bibliografia Complementar 1. AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, v. 14, n 1, pp. 43-64, 2008. 2. BARDDAL, F.; PESSALI, H.; GOMES, B. Conselhos municipais de esportes das capitais brasileiras e o exercício da participação. Revista da ALESDE 13:257-73, 2021. 3. BRASIL. Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014. 4. BRUGUÉ, J.; MARTINS, S. & NEBOT, C. (orgs.). Uma nova democracia para o século XXI? Viçosa: S. Martins, 2020. 5. DAHL, R. On democracy. New Haven: Yale University Press, 2000. 6. FONSECA, I. et al. A trajetória da participação social no Governo Federal: uma leitura a partir da produção bibliográfica do Ipea (2010-2020). Boletim de Análise Político-Institucional IPEA 1:89-96, 2021. 7. GOODIN, R. E. (org.). The theory of institutional design. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 8. HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, v. 36, pp. 39-53, 1995. 9. KNOBLOCH, K. Listening to the public: an inductive analysis of the good citizen in a deliberative system. Journal of Deliberative Democracy, 18(1), 2022. 10. LAVALLE, A.; VOIGT, J. & SERAFIM, L. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. Dados, v. 59, n 3, pp. 609-650, 2016. 11. MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no

debate contemporâneo. Lua Nova, v. 100, pp. 83-118, 2017. 12. PIRES, R. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, v. 7, 2011. 13. SANFELIU, Daniel T. & TORRUELLA, Quim B. "La Administración Deliberativa: de la eficacia y la eficiencia a la inteligencia, y de la burocracia a la innovación." Brasília: CEPAL/IPEA, Textos para Discussão CEPAL-IPEA, n. 58, 2015. 14. SILVA, E. & RIBEIRO, A. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: o subsistema dos conselhos nacionais de políticas públicas e seus conectores. Rev. de Sociologia e Política 29(77), 2021. 15. SMITH, G. Can democracy safeguard the future? Cambridge: Polity Press, 2021a. 16. SMITH, G., et al. (ed.). Democracy in a Pandemic: participation in response to crisis. Londres: University of Westminster Press, 2021b.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTEGRAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA I

Sigla: PPUB	**Número:** 7069	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Apresentação às práticas de pesquisa sobre a institucionalização da participação da sociedade civil em políticas públicas diversas. Leitura e discussão de trabalhos No tema, com destaque para suas metodologias e para a integração de saberes. Pesquisa no tema: planejamento, elaboração e submissão de resultados a eventos e periódicos científicos.

Bibliografia:

AULA 01 Texto Obrigatório: PESSALI, H. & GOMES, B. (eds) (2020). "Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba." Curitiba: PUCPress. Introdução. AULA 02 Texto Obrigatório: LÜCHMANN, Lígia (2008). "Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo." Caderno CRH 21(52): 87-97. AULA 03 Texto Obrigatório: PESSALI, H. & GOMES, B. (eds) (2020). "Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba." Curitiba: PUCPress. Um capítulo a escolher entre o 2, o 3 e o 10. AULA 04 Texto Obrigatório: UNGHERI, Bruno & ISAYAMA, Hélder (2020). "Controle e participação social no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições." Movimento 26:1-19. AULA 05 Texto Obrigatório: PESSALI, H. & GOMES, B. (eds) (2020). "Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba." Curitiba: PUCPress. Um capítulo a escolher entre o 2, o 3 e o 10. AULA 06 Texto Obrigatório: SILVA, Berenice & LIMA, Isabel (2019). "Análise política da composição do Conselho Nacional de Saúde (2015/2018)." Physis: Revista de Saúde Coletiva 29(1):1-25. AULA 07 Texto Obrigatório: PEREIRA, Ilma et alii (2019). "Ministério Público, Conselhos Municipais de Saúde e as práticas do diálogo interinstitucional." Saúde e Sociedade 28(2): 111-123. AULA 08 Texto Obrigatório: ALMEIDA, Carla et alii (2016). "Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil." Opinião Pública 22(2): 250-285. Textos Complementares: 1. ALENCAR, Joana et alii (2013). "Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais." Sociologias 15(32): 112-146; 2. BARBALHO, Alexandre & MELO, Renata (2014). "Participação social e gestão de políticas públicas de cultura: uma análise do Conselho Municipal de Política Cultural de Fortaleza." Gestão e Sociedade 8(20): 633-650; 3. GILMAN, Hollie & WAMPLER, Brian (2019). "The difference in design: participatory budgeting in Brazil and the United States." Journal of Public Deliberation 15(1): artigo 7; 4. HE, Baogang (2019). Deliberative participatory budgeting: a case study of Zeguo Town in China." Public Administration and Development 39(3):144-53; 5. LÜCHMANN, Lígia et alii (2017). "Associativismo e repertórios de ação político-institucional." Opinião Pública 23(2): 361-396; 6. MARTELLI, Carla et alii (2019). "The meanings of representation and political inclusion in the conferences of public policies in Brazil." Brazilian Political Science Review 13(1): 1-23; 7. SILVA, Eduardo & RIBEIRO, Antonio (2016). "Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte." Opinião Pública 22(1): 167-194; 8. SOUZA, Cezarina & HELLER, Léo (2019). "O controle social em saneamento e em saúde: análise comparativa com base nos marcos legais federais brasileiros." Ciência & Saúde Coletiva 24(1): 285-294.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTEGRAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA II

Sigla: PPUB	**Número:** 7070	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Apresentação às práticas de pesquisa sobre a institucionalização da participação da sociedade civil em políticas públicas diversas. Leitura e discussão de trabalhos na área, com destaque para suas metodologias e para a integração de saberes. Estratégias de planejamento, elaboração e submissão de resultados de pesquisa em eventos e artigos científicos. Objetivo: Explorar as diversas técnicas utilizadas no estudo de instituições de democracia participativa e auxiliar o pesquisador na formulação de estudos interdisciplinares na área.

Bibliografia:

AULA 01 Bibliografia Básica: 1. LÜCHMANN, Lígia H. H. (2020). Interfaces socioestatais e instituições participativas: dimensões analíticas. Lua Nova, v. 109, p. 13-49. AULA 02 Bibliografia Básica: 1. COELHO, V. S.; WAISBICH, L. (2016). Participatory mechanisms and inequality reduction: searching for plausible relations. Journal of Public Deliberation, 12(2), art. 13. AULA 03 Bibliografia Básica: 1. ALMEIDA, Debora R. (2020). Resiliência institucional: para onde vai a participação nos conselhos nacionais de saúde e dos direitos da mulher? Caderno CRH, vol. 33, p. 1-24. AULA 04 Bibliografia Básica: 1. FONT, J.; PASADAS DEL AMO, S.; SMITH, G. (2016). Tracing the impact of proposals from participatory processes: methodological challenges and substantive lessons. Journal of Public Deliberation, 12(1), art. 3, p. 1-27. AULA 05 Bibliografia Básica: 1. PESSALI, H.; GOMES, B. (eds) (2020). Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba. Curitiba: PUCPress, no prelo. Um capítulo a escolher que não seja a apresentação. AULA 06 Bibliografia Básica: 1. LAVALLE, Adrian G.; LEIRNER, André; ALBUQUERQUE, Maria C. A. de; RODRIGUES, Fernando (2019). As dificuldades da participação: desencontro de interesses na recuperação do Rio Doce. Revista Psicologia Política, 19(esp.), p. 121-145. AULA 07 Bibliografia Básica: 1. GASTIL, J.; RICHARDS JR, R.; RYAN, M.; SMITH, G. (2017). Testing assumptions in deliberative democratic design: a preliminary assessment of the efficacy of the Participedia Data Archive as an analytic tool. Journal of Public Deliberation, 13(2), art. 1, p. 1-31. Bibliografia complementar: 1. ALMEIDA, Débora R. (2019). Instituições participativas no Brasil: quando representado se torna representante. Desigualdade & Diversidade, 16, p. 6-59. 2. CUNHA, Edite; LINS, Isabella; SOARES, Márcia (2020). Federalismo e conselhos de assistência social: uma análise a partir do financiamento. Opinião Pública, 26(1), p. 127-157. 3. CUNHA, Eleonora (2018). Inovações democráticas do Brasil e da Índia: reflexões sobre participação, deliberação e redistribuição. Populus, 4, p. 263-292. 4. RIBEIRO, U.; ALENCAR, J.; LIMA, P.; SOUZA, C.; CRUXEN, I. (2015). Experiências de monitoramento dos resultados de conferências nacionais: elementos para a discussão sobre efetividade da participação na gestão pública. Revista do Serviço Público, v. 66, p.55-74.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Sigla: PPU	**Número:** 721	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Critérios de cientificidade e métodos científicos. Análise crítica e fundamentos de elaboração de textos e discursos científicos. Análise da prática da pesquisa e da orientação acadêmica. Elaboração de projetos de tese e dissertação.

Bibliografia:

AULA 01 - Filosofia, Ciência, Teoria e Verdade: conceitos preliminares e distinções necessárias a) BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. Introdução: epistemologia e metodologia. b) BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Cap. 7. c) CARDOSO, Mirian Limoeiro. O Mito do Método. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1971. AULA 02 - O Conhecimento é um fato a) LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Capítulo 1 - Teoria do Conhecimento. b) LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Prefácio à Segunda Edição e Introdução. AULA 03 - Contra a ilusão do saber imediato a) BACHELARD, Gastón. A Epistemologia. Lisboa: Edições 70: 1990. p.165-180. b) BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. Primeira Parte – A Ruptura. c) BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. Textos Complementares 1 a 19. AULA 04 - Questões Epistemológicas a) FARIA, J. H. de. Introdução à Epistemologia: dimensões do ato epistemológico. 01. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. Páginas a definir. AULA 05 - Dinâmica e Momentos da Pesquisa a) FARIA, J. H. de. Introdução à Epistemologia: dimensões do ato epistemológico. 01. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. Páginas a definir. b) Estudos de Caso, Abordagens Quantitativas e Experimentação. AULA 06 - Técnicas de Coleta de Dados - Seminários a) Técnicas de Coleta – Questionários e Survey. Entrevista. Observação (Direta ou participante). Análise Documental e pesquisa hemerográfica. AULA 07 - Técnicas de Análise – Seminários a) Técnicas de Análise – Análise de conteúdo e de discurso. Etnometodologia. Bibliometria. Análise de Redes Sociais. Bibliografia de Referência ALBOU, Paul. Questionários Psicológicos. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. p.17-48. BOURDIEU Pierre. A Opinião Pública Não Existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em Les Temps Modernes, 318, janeiro de 1973. BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Cap. 7. FARIA, José Henrique de. Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As Concepções de Pêcheux e Bakhtin. Revista Teoria e Prática em Administração, v. 5, n. 2, 2015, pp. 51-71. POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. Em: POUPART, Jean e outros. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4aed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 215-253. CELLARD, André. A análise Documental. Em: POUPART, Jean e outros. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4aed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

MÉTODOS EXPERIMENTAIS E QUASE-EXPERIMENTAIS PARA A AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: PPUB	**Número:** 7066	**Créditos:** 4
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Introdução: Por que e como avaliar o impacto de políticas públicas? O Problema Fundamental da Inferência Causal. O Modelo de Holland-Rubin. Métodos experimentais. Regressão. Métodos de pareamento. Variáveis instrumentais. Diferenças em diferenças. Regressão de Descontinuidade. Análise de Custo-Benefício.

Bibliografia:

1. Introdução: Por que e como avaliar o impacto das políticas? - Leitura Obrigatória: a) BATISTA, M. et al. More Than Good Intentions: Quantitative and Qualitative Technics in the Impact Evaluation of Public Policies. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017. b) DUFLO, E. The economist as Plumber. American Economic Review, v. 107, n. 5, p. 1-26, maio 2017. c) POMERANZ, D. Impact Evaluation Methods in Public Economics: A Brief Introduction to Randomized Evaluations and Comparison with Other Methods. Public Finance Review, v. 45, n. 1, p. 10-43, 1 jan. 2017. - Leitura Complementar: a) ATHEY, S.; IMBENS, G. W. The State of Applied Econometrics: Causality and Policy Evaluation. Journal of Economic Perspectives, v. 31, n. 2, p. 3-32, maio 2017. 2. O Problema Fundamental da Inferência Causal. O Modelo de Holland-Rubin. Noções básicas de Stata - Leitura Obrigatória: a) Cap. 3. Causal Inference and Contrafactuals, de Gertler et al. (2016) b) Páginas 22-27 Cap. 2. Basic Issues of Evaluation de Khandker et al. (2009) c) Páginas 465-470 de ABADIE, A.; CATTANEO, M. D. Econometric Methods for Program Evaluation. Annual Review of Economics, v. 10, n. 1, p. 465-503, 2018 - Leitura Complementar: a) HOLLAND, P. W. Statistics and Causal Inference. Journal of the American Statistical Association, v. 81, n. 396, p. 945-960, 1 dez. 1986. b) RUBIN, D. Estimating Causal Effects of Treatments in Experimental and Observational Studies. ETS Research Bulletin Series, v. 1972, n. 2, p. i-31, 1 dez. 1972. 3. Métodos experimentais - Leitura Obrigatória: a) Cap. 4. Randomized Assignment, de Gertler et al. (2016). b) Cap. 3. Randomization, de Khandker et al. (2009). c) Cap. 1. The Experimental Approach e Cap. 4. Randomizing, de Glennester e Takavarasha (2013) d) Cap. 1. Randomized Trials, de Angrist e Pischke (2014). - Leitura Complementar: a) Cap. 4. Investigator-Designed Randomized Experiments, de Murnane e Willet (2010). b) BANERJEE, A. et al. From Proof of Concept to Scalable Policies: Challenges and Solutions, with an Application. Journal of Economic Perspectives, v. 31, n. 4, p. 73-102, nov. 2017. c) DUFLO, E.; GLENNERSTER, R.; KREMER, M. Chapter 61: Using Randomization in Development Economics Research: A Toolkit. In: Handbook of Development Economics. [s.l.] Elsevier, 2007. v. Volume 4p. 3895-3962. 4. Métodos quase-experimentais - Regressão - Leitura Obrigatória: a) Cap. 2. Regression, de Angrist e Pischke (2014). b) Páginas 475-477 de ABADIE, A.; CATTANEO, M. D. Econometric Methods for Program Evaluation. Annual Review of Economics, v. 10, n. 1, p. 465-503, 2018. c) Item Reducing Observed Bias by Direct Control for Covariates Using Regression Analysis Cap. 12. Dealing with Bias in Treatment Effects Estimated from Nonexperimental Data, de Murnane e Willet (2010). - Leitura Complementar: a) Cap. 6. Regression Estimators of Causal Effects, de Morgan e Winship (2014). b) Cap. 3. Making Regression Make Sense, de Angrist e Pischke (2009). 5. Métodos quase-experimentais - Métodos de pareamento - Leitura Obrigatória: a) Cap. 4. Propensity Score Matching de Khandker et al. (2009). b) Cap. 8. Matching de Gertler et al. (2016). c) Páginas 478-479 de ABADIE, A.; CATTANEO, M. D. Econometric Methods for Program Evaluation. Annual Review of Economics, v. 10, n. 1, p. 465-503, 2018. d) Item Reducing Observed Bias Using a Propensity-Score Approach Cap. 12. Dealing with Bias in Treatment Effects Estimated from Nonexperimental Data, de Murnane e Willet (2010). - Leitura Complementar: a) Cap. 5. Matching Estimators of Causal Effects, de Morgan e Winship (2014). b) ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. Reducing bias in observational studies using subclassification on the propensity score. Journal of the American statistical Association, v. 79, n. 387, p. 516-524, 1984. 6. Métodos quase-experimentais - Variáveis instrumentais - Leitura Obrigatória: a) Cap. 6. Instrumental Variables de Khandker et al. (2009). b) Cap. 5. Instrumental Variables de Gertler et al. (2016). c) Cap. 3. Instrumental Variables de Angrist e Pischke (2014). d) Cap. 10. Introducing Instrumental-Variables Estimation, de Murnane e Willet (2010). - Leitura Complementar: a) ? Páginas 486-492 de ABADIE, A.; CATTANEO, M. D. Econometric Methods for Program Evaluation. Annual Review of Economics, v. 10, n. 1, p. 465-503, 2018. 7. Métodos quase-experimentais - Diferenças-em-Diferenças - Leitura Obrigatória: a) Cap. 5. Differences in Differences de Angrist e Pischke (2014) b) Cap. 5. Double Difference de Khandker et al. (2009). c) Cap. 7. Differences in Differences de Gertler et al. (2016) - Leitura Complementar: a) Cap. 5. Parallel Worlds: Fixed Effects, Differences-in-Differences, and Panel Data, de Angrist e Pischke (2009). b) Páginas 482-486 de ABADIE, A.; CATTANEO, M. D. Econometric Methods for Program Evaluation. Annual Review of Economics, v. 10, n. 1, p. 465-503, 2018. 8. Métodos quase-experimentais - Regressão de Descontinuidade - Leitura Obrigatória: a) Cap. 4. Regression Discontinuities Design de Angrist e Pischke (2014) b) Cap. 7. Regression Discontinuities and Pipeline Methods de Khandker et al. (2009). c) Cap. 6.

Regression Discontinuities Design de Gertler et al. (2016). d) Cap. 9. Estimating Causal Effects Using a Regression-Discontinuity Approach, de Murnane e Willet (2010). - Leitura Complementar: a) Páginas 492-496 de ABADIE, A.; CATTANEO, M. D. Econometric Methods for Program Evaluation. Annual Review of Economics, v. 10, n. 1, p. 465-503, 2018. 9. Análise de Custo-Benefício - Leitura Obrigatória: a) Cap. 1. Introduction to Economic Evaluation, Cap. 2. Establishing the Analytic Framework e Cap. 3. Cost concepts b) Cap. 8. O Cálculo do Retorno Econômico, de Menezes-Filho (2016). Livros de Referência: - Para uma introdução a todos os métodos, com linguagem menos estatística - utilizaremos bastante: 1. GERTLER, P. J. et al. Avaliação de Impacto na Prática, Segunda edição. Washington, DC: World Bank, 2017. - Um manual, com um pouco mais de estatística e formalização: 2. KHANDKER, S.; B. KOOLWAL, G.; SAMAD, H. Handbook on Impact Evaluation: Quantitative Methods and Practices. The World Bank, 2009. - Um livro (muito acessível) somente sobre experimentos aleatórios: 3. GLENNERSTER, R.; TAKAVARASHA, K. Running Randomized Evaluations: A Practical Guide. Princeton: Princeton University Press, 2013. - Um livro escrito por economistas, mas que aborda todos os tópicos com formalização e exemplos: 4 .ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J.-S. Mastering? Metrics: The Path from Cause to Effect. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014. - Um livro elaborado por sociólogos, com bastante formalização e exemplos: 5. MORGAN, S.; WINSHIP, C. Counterfactuals and Causal Inference: Models and Principles for Social Research. 2. ed. Cambridge, Cambridge University Press, 2014. - Um livro para análise de custo: 6. LEVIN, H. M. et al. Economic Evaluation in Education: Cost-Effectiveness and Benefit-Cost Analysis. Third edition ed. Los Angeles: SAGE Publications, Inc, 2017. - Um livro em português com aplicações das técnicas: 7. AMARAL, E. F. L.; GONÇALVES, G. Q.; FAUSTINO, S. H. R. Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

MUDANÇA INSTITUCIONAL NO CAPITALISMO MODERNO I

Sigla: PPU	**Número:** 722	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Apresentação e discussão das principais idéias em vigor a respeito do desenvolvimento econômico contemporâneo no que se referem às relações entre estados, mercados e outras instituições, e o desempenho econômico com mudança estrutural numa economia mundial mais interligada. Instituições e desenvolvimento: Conceitos e definições: instituições e mudança institucional; Taxonomia de instituições fundamentais no desenvolvimento; Conceito de Desenvolvimento dos Clássicos do Desenvolvimento; O Método Histórico-Institucional dos Clássicos do Desenvolvimento Econômico; A Emergência de Instituições Promotoras do Desenvolvimento.

Bibliografia:

1. Blyth, M. (2013). Austerity: the history of a dangerous idea. Oxford: OUP. 2. Chang, Ha-Joon (2017). Una breve historia del capitalismo. Cidade do México: Flash, 2017. 3. Furtado, Celso (2002). Em busca de novo modelo. São Paulo: Paz & Terra. 4. Gerschenkron, Alexander (1962). Economic Backwardness in Historical Perspective. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press. 5. Hirschman, Albert (1981). Essays in trespassing. Cambridge (MA): Cambridge University Press. 6. Hodgson, Geoffrey (2005). Institutions and Economic Development: Constraining, Enabling and Reconstituting. In Gary Dymski and Silvana De Paula (eds) Reimagining Growth: Towards a Renewal of Development Theory. London & New York: Zed Books, pp. 85-98. 7. Kohli, Atul (2009). States and economic development. Revista de Economia Política 29(2):212-227. 8. Kregel, Jan (1980). Markets and institutions as features of a capitalistic production system. Journal of Post Keynesian Economics 3(1):32-48. 9. List, Friedrich (1909) [1841]. The national system of political economy. Nicholson, J. (trad.); Lloyd, S. (ed.). Library of Economics and Liberty [On line]: http://www.econlib.org/library/YPDBooks/List/lstNPE10.html. Acesso em 14 de junho de 2009. 10. Mazzucato, Mariana (2014). O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Londres: Portfolio-Penguin. 11. Mill, John Stuart (1833). A few observations on the French Revolution. Monthly Repository, agosto. 12. Myrdal, Gunnar (1957). Economic theory and underdeveloped regions. Londres: Gerald Duckworth. 13. Polany, Karl (1944). The great transformation. Boston: Beacon Press. 14. Reinert, E. & Kregel, J. & Kattel, R. (2009). Ragnar Nurkse (1907-2007): Classical Development Economics and its Relevance for Today. London: Anthem Press. 15. Schumpeter, Joseph (1982) [1911]. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

MUDANÇA INSTITUCIONAL NO CAPITALISMO MODERNO II

Sigla: PPU	**Número:** 723	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Apresentação e discussão das principais visões contemporâneas a respeito da relação entre instituições e desenvolvimento: A visão a partir do Banco Mundial e do FMI; A partir de uma nova economia política; A partir da economia institucional; A partir de outras origens. Discussões de casos: Estratégias Nacionais de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica; Instituições de Política Industrial e Desenvolvimento Econômico; Constituição de Sistemas Financeiros e Desenvolvimento Econômico.

Bibliografia:

1. Adams, John (1993). Institutions and economic development: structure, process, and incentive. In Tool, M. (ed.). Institutional economics: theory, method, policy. Norwell: Kluwer Academic, pp. 245-69. 2. Bowles, S. (2016). The moral economy: why good incentives are no substitute for good citizens. New Haven: Yale University Press. 3. Bromley, Daniel; Anderson, Glen (2012). Vulnerable People, Vulnerable States: Redefining the Development Challenge. New York: Routledge. 4. Chang, H-J. (ed.) (2007). Institutional change and economic development. Nova Iorque: Anthem e United Nations University Press, pp. 239-60. 5. Dietz, J. & Dilmus, J. (eds) (1990). Progress toward development in Latin America: from Prebisch to technological autonomy. Boulder (CO) & Londres: Lynne Rienner. 6. Evans, P. & Rueschemeyer, D. & Skocpol, T. (1985). Bringing the state back in. Cambridge: Cambridge University Press. 7. Evans, Peter; Heller, Patrick (2015). Human development, state transformation, and the politics of the developmental state. In The Oxford Handbook of Transformations of the State. Oxford:OUP. 8. Greif, Avner; Kiesling, L.; Nye, J. (2015). Institutions, innovation, and industrialization: essays in economic history and development. Princeton: PUP. 9. Nelson, Richard (2005). Technology, institutions, and economic growth. Cambridge (MA): HUP. 10. North, D.; Wallis, J.; Weingast, B. (2012). Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history. Cambridge (MA): CUP. 11. Ostrom, Elinor (2005). Understanding institutional diversity. Princeton & Oxford: PUP. 12. Reinert, Erik (2016). Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres. Rio de Janeiro: Contraponto. 13. Sen, Amartya (1999). Development as freedom. Nova Iorque: Anchor Books. 14.

Street, James (1967). The Latin American Structuralists and the Institutionalists: Convergence in Development Theory. Journal of Economic Issues 19 (1/2,June): 44-62. 15. Wade, Robert (1990). Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization. Princeton: PUP.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Sigla: PPU	**Número:** 740	**Créditos:** 3
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Constituição. Constitucionalismo e Democracia. Democracia versus Constitucionalismo. Jurisdição constitucional (interpretação e aplicação). Separação dos poderes. Direitos humanos e fundamentais. Defesa dos grupos minoritários.

Bibliografia:

1. Ackerman, Bruce. We the people. Foundations. Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University, 1993. 2. Ackerman, Bruce. Revolutionary constitutions ? charismatic leadership and the rule of law. Harvard: HUP, 2018. 3. Agamben, Giorgio. The Omnibus - Homo Sacer. Stanford: Stanford University Press, 2017. 4. Dworkin, Ronald. Is democracy possible here? Princeton: Princeton Univ. Press, 2006. 5. Dworkin, Ronald. Justice for Hedgehogs. Cambridge (MA): The Belknap Press, 2013. 6. Gargarella, Roberto. Latin American Constitutionalism,1810-2010. Oxford: OUP, 2013. 2008. 7. Habermas, J. Between facts and norms. Nova Iorque: Polity, 2015. 8. Habermas, J. Paradigms of Law. In: Rosenfeld, M. & Arato, A. (ed.) Habermas on Law and Democracy: critical exchanges. Berkeley, Los Angeles, London: Berkley University Press, 1998. 9. Hamilton, Madison, Jay. The federalist papers. Papers n. 37, 38, 39, 40, 47-48, 49-50, 51 78,79, 80, 81, várias datas. 10. Koh, Harold Hongju y Slye, Ronald C. (org) Democracia deliberative y derechos humanos. Barcelona: Gedisa, 1999. 11. Levinson, Sanford. Our undemocratic constitution. Where the constitution goes wrong. Oxford University Press: NY, 2006. 12. Nino, Carlos Santiago. La constitución de la democracia deliberativa. Barcelona, Espanha: Gedisa editorial, 1996. 13. Rosenfeld, Michel. Can rights, democracy, and justice be reconciled through discourse theory? Reflections on Habermas?s Proceduralist Paradigm of Law. In: Rosenfeld, M. & Arato, A. (ed.) Habermas on Law and Democracy: critical exchanges. Berkeley, Los Angeles, London : Berkley University Press, 1998. 14. Strauss, David. The living constitution. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	45.0
Políticas Públicas	Doutorado	45.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICA BRASILEIRA

Sigla: PPU	**Número:** 724	**Créditos:** 4
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: A relação Estado-Sociedade no Brasil republicano. A dinâmica das instituições políticas brasileiras e suas conexões com as estruturas/processos sociais. Modalidades de participação política e de representação de interesses. Sindicatos; partidos políticos; eleições. Regimes políticos no Brasil republicano. A cena política democrática. A cena política ditatorial. Processos de transição política.

Bibliografia:

A1. ABRANCHES, Sérgio H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados 31(1):5-34, 1988. 2. ABRÚCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 2006. 3. CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 4. CODATO, Adriano N. Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/Ed. da UFPR, 1997. 5. DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 6. FAUSTO, Boris (org.), História geral da civilização brasileira. 5a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 7. GUEDES, Demian. Autoritarismo e Estado no Brasil. São Paulo: Letramento, 2017. 8. HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1992. 9. LAMOUNIER, Bolívar. Da Independência A Lula. Dois Séculos De Política Brasileira. São Paulo: 34, 2009. 10. MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 11. NICOLAU, Jairo M. Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. 12. O?DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários. São Paulo: Vértice, 1987. 13. REIS, Daniel (org.). Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010. São Paulo: Objetiva: 2014. 14. SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982. 15. WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Sigla: PPU	**Número:** 728	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Determinantes estruturais e macroeconômicos das políticas agrícolas; relação entre estado e agricultura; o estado entre o agricultor e o consumidor; política agrícola e política agrária; as políticas de garantia de renda através de preço e crédito para a agricultura; agricultura e desenvolvimento econômico; o papel do estado nas transformações estruturais, institucionais e tecnológicas da agricultura; as relações entre política agrícola, política comercial e os mercados globais; evolução das políticas agrícolas nos Estados Unidos e Europa; os modelos de política agrícola nos países em desenvolvimento.

Bibliografia:

1. ANDERSON, K. (2016). Agricultural Trade, Policy Reforms, and Global Food Security. Londres: Palgrave MacMillan. 2. BRITO, L.; SILVA, O. (2016). Política agrícola brasileira e os acordos SPS e TBT da OMC Padronização ou proteção? Revista de Política Agrícola 25(2): 103-22. 3. COELHO, C. N. (2001). 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). Revista de Política Agrícola, 11(2). 4. DAVIS, C. (2011). Food fights over free trade: how international institutions promote agricultural trade liberalization. Princeton: Princeton University Press. 5. FEDERICO, G. (2009). Feeding the World: an economic history of agriculture, 1800-2000. Princeton: Princeton University Press 6. FONSECA, R. B. (1994). A Reforma das Políticas Agrícolas dos Países Desenvolvidos. Tese de Doutoramento, IE-UNICAMP. 7. GUANZIROLI, C.; BUAINAIN, A.; DI SABBATO, A. (2012). Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). Rev. Econ. Sociol. Rural 50(2): 351-370, 2012. 8. HELFAND; REZENDE (2015). Brazilian agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 98. 9. HILL, B.E. (1984). The common agricultural policy: past present and future. Londres: Methuen. 10. HURT, D. (2002). Problems of plenty: the American farmer in the twentieth century. Chicago: Ivan R. Dee. 11. LEITE, S. (org) (2009). Políticas públicas e agricultura no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ. 12. MCKAY, B.; HALL, R.; LIU. J. (eds.) (2018). Rural Transformations and Agro-Food Systems: The BRICS and Agrarian Change in the Global South. Londres: Routledge. 13. OECD (1987). National policies and agricultural trade. Paris: OECD, 333 pp. 14. OECD (2005). Agricultural policy reform in Brazil. Paris: OECD, Policy Brief. 15. WISE, T. A. (2008). The Limited Promise of Agricultural Trade Liberalization. Working Group on Development and Environment in the Americas, discussion paper 19.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sigla: PPU	**Número:** 729	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Ciência e tecnologia (C&T) como instrumentos de desenvolvimento econômico. O papel do Estado como agente indutor ou inibidor das atividades de C&T. Instrumentos de implementação e análise de políticas de C&T. O papel do aprendizado tecnológico em políticas de C&T. Políticas de apropriação do conhecimento. Experiências de adoção e implementação de políticas de C&T.

Bibliografia:

1. ARCHIBUGI, D.; MICHIE, J. (Eds.) Technology, globalisaton and economic performance. Cambridge: Cambridge U.P., 1997. 2. BAUMGARTEN, Maira. Conhecimento e sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2008. 3. CHAMINADE, C.; LUNDVALL, B.; HANEEF, S. (2018). Advanced Introduction to National Innovation Systems. Londres. Edward Elgar. 4. CONTIJO, C. As tranformações do sistema de patentes, da Convenção de Paris ao Acordo TRIPS. Brasília: Fundação Heinrich Boll, 2005. 5. DAGNINO, R. Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 6. MALERBA, F. AND BRUSONI, S. (eds.) Perspectives on innovation. Cambridge UP, 2007. 7. DEERE, C. The Implementation Game: The TRIPS Agreement and the Global Politics of Intellectual Property Reform in Developing Countries. Oxford: Oxford UP, 2009. 8. KIM, L.; NELSON, R. Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências de industrialização recente. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. 9. LUNDVALL, B.; JOHNSON, B. The learning economy. Journal of Industry Studies, Vol. I, n. 2, December, 1994. 10. MELO, T.; FUCIDJI, J.; POSSAS, M. L. Política industrial como política de inovação: notas sobre hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil. Revista Brasileira de Inovação 14:11-36, 2015 11. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação, Brasília, junho 2002. 12. PELAEZ, V.; SZMRECSANYI, T. Economia da inovação tecnológica. São Paulo: Hucitec, 2006. 13. SCHIENSTOCK, G. Social exclusion in the learning economy. In: ARCHIBUGI, D.; LUNDVALL, B-A. (eds.) The globalizing learning economy. New York: Oxford UP, 2002, p. 163-176. 14. SHERWOOD, R. Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico. São Paulo: Edusp, 1990, p. 21-48. 15. SILVA, D. & FURTADO, A. (2017). Modelos teóricos e interesses de mensuração no surgimento da pesquisa de inovação brasileira (Pintec). Revista Brasileira de Inovação 16(1):97-128.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Sigla: PPUB	**Número:** 7067	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Saúde Coletiva: conceitos e definições. Determinantes e Determinação Social em Saúde. Promoção da Saúde. Conceitos e aplicações de avaliação em políticas de saúde. Discussão de diferentes propostas de organização de Sistemas de Saúde no mundo. História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil, com destaque para o movimento pela Reforma Sanitária e a configuração do Sistema Único de Saúde (SUS). Planejamento e avaliação em saúde. Modelos de atenção e de gestão em saúde, considerando a relação público-privado.

Bibliografia:

1. SAÚDE COLETIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: CONCEITOS E DISCUSSÕES INICIAIS a) NARVAI, P. C. SÃO PEDRO, P. F. Práticas de saúde pública. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. Saúde Pública: bases conceituais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008. p. 269-295. b) SOUZA, L. E. P. F. Saúde pública ou saúde coletiva? Revista espaço para a saúde, v. 15, n. 4, p. 01-21. 2014.

Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/viewFile/20686/pdf_53 c) VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; PAIM, J. S.; SCHRAIBER, L. B. O que é Saúde Coletiva. In. PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, A. (orgs). Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. p. 3-12. http://www.nesc.ufpr.br/processoseletivo2015/politicas/VIEIRA-DA-SILVA,%20Maria%20-%20O%20que%20%C3%A9%20sa%C3%BAde%20coletiva.pdf d) DEMARZO, M. M. P. Reorganização dos Sistemas de Saúde: Promoção da Saúde e Atenção Primária à Saúde. São Paulo: UNIFESP/UNASUS, 2011. p. 1-19. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_3.pdf 2. DETERMINANTES E DETERMINAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE Seminário 1 - Determinantes Sociais em Saúde: a) CARVALHO, A. I. Determinantes Sociais, Econômicos e Ambientais da Saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário. volume 2 / Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/ Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. p. 19-38. Disponível em: http://www.obsnetims.org.br/uploaded/11_11_2015__0_miolo_saude_brasil_2030.pdf b) BUSS, P. M.; PELLEGRINI-FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis, v. 17, n. 1, p. 77-93. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf Seminário 2 - Determinação Social em Saúde: a) ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE MEDICINA SOCIAL (ALAMES). Taller Latinoamericano de Determinantes Sociais de la Salud: Documento Base. 2008. p. 3-13. Disponível em: http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/376/File/ponencias_Taller%20Determinantes%20Sociales.pdf Em português: http://www.enfermagem.ufpr.br/paginas/areas/TEXTO_DO_BREILH_em_portugues.pdf b) LÓPEZ ARELLANO, O.; ESCUDERO J, C.; CARMONA, L. D. Los determinantes sociales de la salud. Una perspectiva desde el Taller Latinoamericano de Determinantes Sociales de la Salud, ALAMES. Medicina Social, v. 3, n. 4, p. 323-335. 2008. Disponível em: http://www.medicinasocial.info/index.php/medicinasocial/article/viewFile/260/538 c) BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na américa latina. Trab. educ. saúde, v. 16, n. 3, p. 869-897, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tes/v16n3/1678-1007-tes-1981-7746-sol00142.pdf 3. FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SAÚDE Seminário 2 - Documentos Institucionais do Ministério da Saúde a) BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. Políticas de Saúde: metodologia de formulação. Brasília: Ministério da Saúde. 1998. 15 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/capa_politicas.pdf b) BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS: uma construção coletiva - formulação de políticas específicas de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 27p. Disponível em: http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/sistema_planejamento_sus_v7.pdf Seminário 3 - Outras abordagens: a) DALFIOR, E. T.; LIMA, R. C. D.; ANDRADE, M. A. C. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. Saúde em debate, v. 39, n. 104, p. 210-225. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00210.pdf b) FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. Política de Saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L. et al. (orgs). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2012. p. 36-42 (parte do capítulo). c) MACHADO, C. V.; LIMA, L. D. Perspectivas históricas na análise de políticas de saúde. In: BAPTISTA, T. W. F. (org). Política, planejamento e gestão em saúde: abordagens e métodos de pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2015. p. 115-145. 4. SISTEMAS DE SAÚDE - Sistemas de Saúde no Mundo, Atenção Primária à Saúde, Sistema Único de Saúde (SUS) e Redes de Atenção. a)Documentário e discussão do filme: Sicko O Saúde b) Filme: EspaSUS ? Reforma Sanitária (parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=PWRxNVc3lec ; parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=CjAtIXk7MRY e parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=zLuMfsDWeLE c) BISPO JÚNIOR, J. P.; MESSIAS, K. L. M. Sistemas de serviços de saúde: principais tipologias e suas relações com o sistema de saúde brasileiro. Revista Saúde.Com, v. 1, n. 1, p. 79-89. 2005. Disponível: http://www.uesb.br/revista/rsc/v1/v1n1a10.pdf d) BRASIL. Ministério da Saúde. ABC do SUS: doutrinas e princípios. Brasília: MS, 1990. 10p. Disponível: http://www.fo.usp.br/wp-content/uploads/JABC.pdf e) GIOVANELLA, L. et al. Atención primaria de salud en Suramérica: reorientación hacia el cuidado integral. In: GIOVANELLA, L. (org). Atención primaria de salud en Suramérica. ISAGS: UNASUR, 2015. p. 23-56. Disponível em: http://isags-unasur.org/wp-content/uploads/2018/03/livro_atencao_primaria_de_saude_2015_esp2.pdf f) MACHADO. R. R. Políticas de saúde no Brasil: um pouco da história. Revista de Saúde Pública de Santa Catarina, v. 5, n. 3, p. 95-104, 2012. Disponível: http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/145/175 g) SIQUEIRA. J. E. 25 anos do SUS: o que há para comemorar? O Mundo da Saúde, v. 37, n. 1, p. 56-64. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/25_anos_sus_ha_comemorar.pdf h) DITTERICH, R. G.; MAZZA, V. A. Redes de Atenção à Saúde. In: CORREIA, A. D. M. S. et al. Tópicos Especiais em Saúde. Ponta Grossa: UEPG. 2014. p. 13-24. Disponível em: http://www.saude.ufpr.br/portal/pags/wpcontent/uploads/sites/34/2018/05/T%C3%B3picos-Especiais-em-Sa%C3%BAde-Conflito-decodifica%C3%A7%C3%A3o-Unicode.pdf i) MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 5, p. 2297-2305. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n5/v15n5a05.pdf 5. REFORMA PSIQUIÁTRICA E POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL (Seminário 4) a) BEZERRA JR, B. Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, v. 17, n. 2, p. 243-250, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a02.pdf b) CARDOSO, A. J. et al. Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Saúde Mental. Tempus actas de saúde Coletiva. v.8, n. 1, 2014. Disponível em: http://tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1453 c) AMARANTE, P. D. C. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, L. et al. (orgs). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2012. p. 635-655. d) CRUZ, N. F. O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G.G. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020, e00285117. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxZ6hgQqBH/?format=pdf&lang=pt 6. PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO EM SAÚDE Seminário 5 - Planejamento no Setor da Saúde: a) TEIXEIRA, C. T. Enfoques teórico-metodológicos do planejamento em saúde. In: TEIXEIRA, C. T. (org.). Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 17-32. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6719 b) TEIXEIRA, C. T.; JESUS, W. L. A. Correntes de pensamento em planejamento de saúde no Brasil. In: TEIXEIRA, C. T. (org.). Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 33-50. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6719 c) LACERDA, J. T.; BOTELHO, L. J.; COLUSSI, C. F. Planejamento na atenção básica. Florianópolis: UFSC/UnASUS, 2012. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1167 d) WERNECK, M. A. F.; PUCCA JÚNIOR, G. A.; MARTELLI, P. J. L. Introdução ? Princípios do Planejamento em Saúde In: CARRER, F. et al. (orgs.). SUS e Saúde Bucal no Brasil: por um futuro com motivos para sorrir. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP, p. 104-07, 2019. Disponível em: http://www.fo.usp.br/wpcontent/uploads/2019/01/SUS-e-a-Sa%C3%BAde-Bucal-no-Brasil.pdf Seminário 6 - Avaliação no Setor da Saúde: a) FIGUEIREDO, N.; GOES, P. S. A. Conceitos, teorias e métodos de avaliação em saúde. In: MOYSÉS, S. J.; GOES, P. S. A. (Orgs.). Planejamento, gestão e avaliação em saúde bucal. São Paulo: Artes Médicas, 2012, p. 157-166. b) TANAKA, O. T. Avaliação em saúde: novos tempos, novas construções. In: TANAKA, O. Y.; RIBEIRO, E. L.; ALMEIDA, C. A. L. Avaliação em saúde: contribuições para incorporação no cotidiano. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. p. 1-9. c) TANAKA, O. T.; MELO, C. Avaliação de serviços e programas de saúde para a tomada de decisão. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. Saúde Pública: bases conceituais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008. p. 119-131.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

PRÁTICA DE DOCÊNCIA

Sigla: PPU	**Número:** 739	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Familiarização do discente com a preparação de um curso, com a bibliografia do mesmo, e com as normas de funcionamento de uma instituição para com as atividades pedagógicas. Participação do discente em aulas, com a supervisão docente, mediante preparação de temas específicos do conteúdo para exposição. Aprendizado de técnicas de exposição, interação com alunos, preparação e verificação de avaliações.

Bibliografia:

Variável de acordo com o docente responsável pela disciplina.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTÕES METODOLÓGICAS I

Sigla: PPU	**Número:** 732	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: O problema do conhecimento. A Filosofia da Ciência. Positivismo lógico, empirismo lógico e o ? crescimento do conhecimento?. A busca do método em economia. Escritos clássicos em metodologia da economia: Senior, Stuart Mill. Cairnes, Neville Keynes. Escola Histórica Alemã. Max Weber. Robbins. Hutchison. Friedman. Matemática e o formalismo em economia.

Bibliografia:

1. Caldwell, B. J. (1982). Beyond Positivism, London: George Allan. 2. Carnap, Rudolph (1980). Testabilidade e Significado. Versão resumida. In: Os Pensadores. Trad. Luiz João Baraúna e Pablo Rubém Mariconda. São Paulo, Abril Cultural. 3. Epstein, Isaac (1990). Thomas S. Kuhn: A cientificidade entendida como vigência de um paradigma. In: Oliva, Alberto (org.). Epistemologia: A Cientificidade em Questão. Campinas, Papirus. 4. Feyerabend, Paul (1977). Contra o Método. Trad. Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 5. Friedman, Milton (1981) [1953]. A Metodologia da Economia Positiva. Edições Multiplic, Vol 1, No 3. 6. Hands , D. Wade (2001). Reflection without rules. Economic Methodology and Contemporary Science Theory. Cambridge: Cambridge University Press. 7. Hvidtfeldt, R. (2018). The Structure of Interdisciplinary Science. Palgrave Macmillan 8. Kuhn, Thomas (1970) [1962]. The Structure of Scientific Revolutions. 2nd ed. Chicago: University of Chicado Press. 9. Lakatos, Imre (1979). O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: Imre Lakatos e Alan Musgrave, A crítica do desenvolvimento do conhecimento. Trad. Octávio M. Cajado. São Paulo: Cultrix, 109-243. 10. Maxwell, N. (2017). Karl Popper, Science and Enlightenment. London, UCL Press. 11. Natarajan, T; Edwards, W. (2016). Institutions and values: a methodological inquiry. Journal of Economic Issues 50(2):575-583. 12. Oliva. Alberto (org.) (1990). Epistemologia: A Cientificidade em Questão. Campinas: Papirus. 13. Smith, Adam (1983). Lectures on Rhetoric and Belles Lettres (LRBL). In: J. C. Bryce (ed.). A. S. Skinner (General Editor). Oxford: Clarendon press. 14. Weber, Max (1904). Objectivity in Social Science and Social Policy,?in E. Shils and H. Finch, eds. The Methodology of the Social Sciences. New York, Free Press, 1949, pp. 49-112. 15. Wible, J. (1998). The Economics of Science: Methodology and Epistemology as if Economics Really Mattered. London: Routledge.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTÕES METODOLÓGICAS II

Sigla: PPU	**Número:** 733	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Epistemologia nas ciências sociais. Problemas metodológicos em economia. Direções contemporâneas em metodologia da economia. Pluralismo. A Retórica da Economia. Sociologia do conhecimento e campo científico. Realismo. Progresso em Economia. Foucault e a economia política.

Bibliografia:

1. Amariglio, J.; Cullenberg, S.; Ruccio, D. (eds.) (2013). Postmodernism, Economics and Knowledge. London: Routledge. 2. Backhouse, R.; D. Hausman; Maki, U. (eds.) (1998). Economics and Methodology: Crossing Boundaries. London: Palgrave Macmillan. 3. Baert, Patrick (2005). Towards a pragmatist-inspired philosophy of social science. Acta Sociologica. Vol. 48(3): 191-203. 4. Bianchi, Ana M. (1992). ´Muitos Métodos é o Método: a respeito do pluralismo. Revista de Economia Política, 12 (2): 135-42. 5. Bourdieu, Pierre (1976 [1983]). O Campo Científico. In Renato ORTIZ, org. Pierre Bourdieu - Sociologia. São Paulo: Editora Ática: 122-155. 6. Boyle, C.; Walsh, L. (eds) (2017). Topologies as Techniques for a Post-Critical Rhetoric. London: Palgrave Macmillan. 7. Foucault, Michel (1990) [1966]. As Palavras e as Coisas. 5. ed. São Paulo, Martins Fontes. 8. Hacking, Ian (1999). The Social Construction of What? Cambridge (MA): Harvard University Press. 9. Kaufmann, Felix (1958) [1977]). Metodologia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Cap.4. 10. Latour, B. and Woolgar, S. (1986). Laboratory Life. The Construction of Scientific Facts. Princeton: Princeton University Press. 11. MacLeod, M.; Mäki, U. (2016). "Interdisciplinarity in action: philosophy of science perspectives". Special issue on Philosophy of Interdisciplinarity, European Journal for Philosophy of Science 6(3): 323-326. 12. Mäki, Uskali; Fernández Pinto, Manuela & Walsh, Adrian (Eds.) (2018). scientific imperialism: exploring the boundaries of interdisciplinarity. Londres: Routledge. 13. McCloskey, D. (1983). The Rhetoric of Economics. Journal of Economic Literature, 31 (June), pp. 482-517. 14. Mirowski, Philip (1994). What are the Questions? In Backhouse, Roger E. (org.). New Directions in Economic Methodology. London: Routledge, 50-74.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS I

Sigla: PPUB	**Número:** 7068	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Surgimento e evolução da disciplina de Relações Internacionais. Evolução das principais teorias gerais e parciais das Relações Internacionais. Os principais debates teóricos das Relações Internacionais.

Bibliografia:

1. BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: Editora da UnB, 2002. 2. CARR, Edward H. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: Editora da UnB, 2001. 3. GILL, Stephen. (org.). Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 4. GILPIN, Robert. A economia política das relações internacionais. Brasília: Editora da UnB, 2002. 5. KEOHANE, R. After hegemony: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 2005. 6. KEOHANE, R.; NYE, J. Power and interdependence. Nova Iorque: Longman, 2001. 7. KEOHANE, R.; HOFFMANN,S. The New European Community: decisionmaking and institutional change. Londres: Routledge, 2018. 8. KRASNER, S. (ed.). International regimes. Ithaca: Cornell University Press, 1983. 9. MORGENTHAU, H. A política entre as nações. Brasília: Editora da UnB, 2003. 10. ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E-O. (orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora da UNB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 11. STUENKEL, O. O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 12. WALKER, Robert Inside/outside: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 13. WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 14. WALTZ, Kenneth. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. 15. WENDT, Alexander. Social theory of international politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

SISTEMAS AGROALIMENTARES

Sigla: PPU	**Número:** 734	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Conceitos de Sistema Agroindustrial, Agronegócio, Complexos Agroindustriais, Cadeias Produtivas; transformações estruturais da agricultura; evolução das relações mercantis da agricultura; o processo de industrialização das atividades agropecuárias; transformações tecnológicas e os limites naturais da agricultura e o papel das empresas inovadoras; internacionalização e convergência dos padrões de consumo; formação de um sistema agroalimentar mundial; tendências do comércio agrícola mundial; a indústria alimentar e sua mundialização; o papel das organizações multilaterais no sistema agroalimentar; a internacionalização das cadeias produtivas, certificação e rastreabilidade dos produtos agropecuários.

Bibliografia:

1. ANDERSON, K. (2013). The Political Economy of Agricultural Price Distortions. Cambridge: CUP. 2. DAVIS, C. (2003). Food fights over free trade: how international institutions promote agricultural trade liberalization. Princeton: Princeton University Press. 3. FAO (2004). The state of agricultural commodity markets. Roma: FAO (report). 4. FEDERICO, G. (2009). Feeding the World: an economic history of agriculture, 1800-2000?, Princeton University Press. 5. FRIEDMANN, H. (1983). The Political Economy of Food: the rise and fall of postwar international food order. New Left Review 97: 248-285. 6. GOODMAN, M.; GOODMAN, D. (2016). Consuming Space: Placing Consumption in Perspective. Londres: Rouledge. 7. INTERNACIONAL FOOD & AGRICULTURAL TRADE POLICY COUNCIL (2013). Agriculture and Food Security Group - A Post-Bali Food Security Agenda. Bali: IFATPC, 2013. 8. MARGULIS. M. (2016). The forgotten history of food security in multilateral trade negotiations. World Trade Review 16(1):-33. 9. MULLER, G. (1989). Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec. 10. PAULA, N.; PESSALI, H. (2015). Agricultural trade negotiations and the challenges of food security. Agrarian South: Journal of Political Economy, vol. 3(3), p. 313-335, 11. RUGMAN, A. (1998). Foreign direct investment and internalization in processed foods. In PICK, D.H. (ed.). Global markets for processed foods: theoretical and practical issues. Nova Iorque: Westview. 12. SILVA, J.G. (1996). A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: Ed. Unicamp. 13. SUNDING & ZILBERMAN (2000). The agricultural innovation process: research and technology adoption in a changing agricultural sector. Mimeo, 103 p. 14. TILZEY, M. (2018). Political Ecology, Food Regimes, and Food Sovereignty. Londres: Palgrave Macmillan. 15. WILKINSON, J. (1988). O Futuro do Sistema Agroalimentar. São Paulo: Hucitec.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SISTEMAS TÉCNICOS E REDES DE ATORES

Sigla: PPU	**Número:** 744	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Estrutura e governança de sistemas técnicos de grande porte. Redes urbanas de infra-estrutura. Formação de redes de atores. Teoria do ator-rede.

Bibliografia:

1. BUNGE, M. (2004). How does it work? The search for explanatory mechanisms. Philosophy of the Social Sciences 34(2): 182-210. 2. CALLON, M.; MILLO, Y; MUNIESA, F. (eds.) (2007). Market devices. Norwich: Blackwell.. 3. COUTARD, O.; HANLEY, R.; ZIMMERMAN, R. (2005). Sustaining urban networks. New York: Routledge. 4. DAVID, S., & ENDICOTT-POPOVSKY, B. (2015). Pathways to integrating technical, legal and economic considerations in the design, development and deployment of trusted IM systems. In Moss, M. & Endicott-Popovsky, B. (eds.). Is digital different? How information creation, capture, preservation and discovery are being transformed. Nova Iorque: Facet, pp. 95-128. 5. HUGHES, T. (2012). The evolution of large technological systems. In: BIJKER, T.; HUGUES, T.; PINCH, T. (orgs.). The social construction of technological systems. Cambridge (MA): CUP, Anniversary edition, p. 51-82. 6. LATOUR, B. (2001). A esperança de Pandora. Bauru: EDUSC. 7. LORRAIN, D. (2005). Gig@city: the rise of technological networks in daily life. In: COUTARD, O.; HANLEY, R.; ZIMMERMAN, R. Sustaining urban networks. New York: Routledge, p. 15-31. 8. MAYNTZ, R. (1988). Large technical systems. Frankfurt: Campus Verlag. 9. McCRAW, T. (1984). Prophets of regulation. Cambridge: Belknap Press. 10. OLDENZIEL, R.; ZACHMANN, K. (eds.) (2011). Cold war kitchen. Cambridge: MIT Press. 11. PHILLIPS, R. et al. (eds) (2016). America's Healthcare Transformation: Strategies and Innovations. New Brunswick: Rutgers University Press Medicine. 12. PHILLIPS, S.; HAMILTON, S. (2014). The Kitchen Debate and Cold War consumer politics: a brief history with documents. Bedford: St Martin?s. 13. RUTHERFORD, J.; COUTARD, O. (2018). Beyond the networked city. Londres: Routledge. 14. SISMONDO, S. (2005). An introduction to science and technology studies. Malden: Blackwell. 15. SORENSEN, K.; WILLIAMS, R. (eds.) (2002). Shaping technology, guiding policy: concepts, spaces & tools. Cheltenham: Edward Elgar.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Sigla: PPU	**Número:** 735	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Mudança econômica e mudança tecnológica: o impacto das Tis. Convergência tecnológica. Sociedade da informação. A formação da indústria de TI e o desenvolvimento da infra-estrutura-estrutura. O papel das telecomunicações. Padrões e compatibilidade. Modularidade. Externalidade de rede. Software e a competição com sistemas proprietários. Comunidades virtuais.

Bibliografia:

1. Buckland, Michael. (2017). Information and society. Cambridge (MA): MIT Press. 2. Carlsson, Bo. (2004). The digital economy: what is new and what is not? Structural Change and Economic Dynamics 15: 245-264. 3. David, Paul A. (2004). Understanding the emergence of open science institutions: functionalist economics in historical context. Industrial and Corporate Change 13: 571-589. 4. Engelhardt, S. (2011). Coexisting intellectual property right regimes: the case of open and closed source software. Jena: DBT. 5. Etzkowitz, H.; Zhou, C. (eds) (2017). The Triple Helix: university?industry?government innovation and entrepreneurship. 2a ed, Londres: Routledge. 6. Fransman, Martin. (2010). The new ICT Ecosystem: implications for policy and regulation. Cambridge (MA): CUP. 7. Lerner, J.; Tirole, J. (2000). The simple economics of open source. HBS Finance Working Paper No. 00-059. 8. Feldman, M; Link, A. (2012). Innovation policy in the knowledge-based economy. Amsterdã: Springer. 9. Majumdar, Sumit K.; Vogelsang, Ingo & Cave, Martin E. (eds.) (2005). Handbook of telecommunications economics. Amsterdã: North-Holland. 10. Mansell, R. (2012). Imagining the Internet: Communication, innovation, and governance. Oxford: OUP. 11. Metcalfe, J. S. & Ramlogan, R. (2017). Creative destruction. Londres: Edward Elgar. 12. Moss, M., & Endicott-Popovsky, B. (eds.). (2015). Is digital different? How information creation, capture, preservation and discovery are being transformed. Nova Iorque: Facet. 13. Steil, Benn; Victor, David G. & Nelson, Richard R. (eds.) (2002). Technological innovation and economic performance. Princeton (NJ): Princeton University Press. 14. Teece, David J. (2013). Competing through innovation: technology strategy and antitrust policies. Londres. Edward Elgar. 15. Varian, H.; Farrell, J.; Shapiro C. (2005). The economics of information technology: an introduction. Cambridge (MA): CUP.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SOCIO-ECONOMIA DA INOVAÇÃO

Sigla: PPU	**Número:** 743	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: A abordagem schumpeteriana da inovação. Institucionalização da atividade inovadora. Os principais elementos da abordagem evolucionista. Regimes, paradigmas e trajetórias tecnológicas. Aprendizagem e difusão tecnológica. Path dependence e lock-in. Coevolução tecnológica, institucional e organizacional. As formas de apropriabilidade do esforço inovativo.

Bibliografia:

AULA 01 - Institucionalização da Atividade Inovadora a) SZMRECSÁNYI, T. Esboços de história econômica da ciência e da tecnologia. In: SOARES, L. C. Da revolução científica à Big (Business) Science. São Paulo : Niterói: Hucitec : Eduff, 2001, p. 155-200. b) CASTELLS, M. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.67-118 (cap. 1). Complementares: a) MOWERY, D. & ROSENBERG. Trajetórias da Inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no Século XX. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2005. (Introdução e cap. 1). b) FREEMAN, C. & SOETE, L. A Economia da Inovação Industrial. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2008. (Parte 1). AULA 02 - A Abordagem Schumpeteriana da Inovação a) SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico. Abril Cultural, São Paulo, 1982. (cap. 2). b) SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1984. (caps. 7, 11, 12, 13 e 14). c) SZMRECSÁNYI, T. A herança schumpeteriana. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo, Editora Hucitec, 2006. Complementares: a) SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico. Abril Cultural, São Paulo, 1982. (cap. 1 e 6). b) SALOMON, J.J. Morte e ressurreição do capitalismo: a propósito de Schumpeter. Estudos Avançados, vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991. c) SCHUMPETER, J. Economic Theory and Entrepreneurial History. In: Change and the Entrepreneur: Postulates and Patterns of Entrepreneurial History, Cambridge-Mass: Harvard University Press, 1949. AULA 03 - Os Principais Elementos da Abordagem Evolucionista - Parte 1 a) NELSON, R. As fontes do crescimento econômico. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (caps. 2 e 3). b) GALBRAITH, J.K. Capitalismo. Zahar Editores - Rio de Janeiro/RJ, 1964 (caps. 7 e 8). Complementares: a) TEECE, D. "As aptidões das empresas e o desenvolvimento econômico: implicações para as economias de industrialização recente". In: Linsu Kim & Richard R. Nelson (org). Tecnologia, aprendizado e inovação - as experiências das economias de industrialização recente. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. b) SALLES FILHO, S. (coord.). Ciência, Tecnologia e Inovação - a reorganização da pesquisa pública no Brasil. Campinas: Editora Komedi, 2000 (caps. 2 e 3). c) DOSI, G.; TEECE. D.; WINTER, S. Toward a Theory of Corporate Coherence: Preliminary Remarks. DOSI, G., GIANETTI, R. & TONINELLI, P. Technology and Enterprise in a Historical Perspective. New York: Oxford University Press, 1992. AULA 04 - Os Principais Elementos da Abordagem Evolucionista - Parte 2 a) NELSON, R. e WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Editora da Unicamp: Campinas/SP, 2005. (caps. 1, 2, 5 e 11). b) FREEMAN, C. & SOETE, L. A Economia da Inovação Industrial. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2008. (cap. 11). Complementares: a) PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (caps. 1-3). b) MAZZUCATO, M. O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público versus setor privado, Editora Schwarcz, 2014, capítulos 2 e 3, p. 58-108. AULA 05 - Aprendizagem Tecnológica, Path Dependence, Lock-in e Difusão Tecnológica a) QUEIROZ, S. Aprendizado Tecnológico. In: V. PELAEZ & T. SZMRECSÁNYI (org.) Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. b) HELLER, C. Path Dependence, Lock-in e Inércia. In: V. PELAEZ & T. SZMRECSÁNYI (org.) Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. c) FURTADO, A. Difusão tecnológica: um debate superado? In: PELAEZ, V.; SZMRECSANYI, T. (org.) Economia da inovação tecnológica. São Paulo: Hucitec, 2006. Complementares: a) ROGERS, E. M. Diffusion of innovations. Third Edition. New York : The Free Press, 1983. b) ROSENBERG, N. Factors Affecting the Diffusion of Technology. Explorations in Economic History. Volume 10, Issue 1, 1972, Pages 3-33. c) GRILICHES, Z. Hybrid Corn and the Economics of Innovation. Science, vol. 132, Issue 3422, 1960, pp. 275-280. d) ROSENBERG, N. Por dentro da caixa preta - tecnologia e economia. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (cap. 6 e 7). e) DAVID, P. A. Clio and the economics of QWERTY. American Economic Review, vol. 75, n. 5, 1985, p. 332-337. f) FREEMAN, C. & SOETE, L. A Economia da Inovação Industrial. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2008. (cap. 15) g) COHEN, W.; LEVINTHAL, D. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. Administrative Science Quarterly, 35, 1990, p.128-152. AULA 06 - As Formas de Apropriabilidade do Esforço Inovativo a) ALBUQUERQUE, E. M. A apropriabilidade dos frutos do progresso técnico. In: V. PELAEZ & T. SZMRECSÁNYI (org.) Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. b) MELLO, M. T. L. Propriedade Intelectual e Concorrência. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro (RJ), 8 (2), p.371-402, julho/dezembro 2009. c) TEECE, D. Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing and public policy. Research Policy, v.15, p.285-305, 1986. Complementares: a) STIGLITZ, J. Globalização: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (cap. 4 - Patentes, lucros e gente). b) TEECE, D.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. In: DOSI, G. et al. (orgs.) The nature and dynamics of organizational capabilities. Oxford: Oxford: UP, 2002, p. 334-362. c) WINTER, S. The logic of appropriability: From Schumpeter to Arrow to Teece. Research Policy, 35, p.1100-1106, 2006. d) TEECE, D. J. Reflections on "profiting from innovation". Research policy, v. 35, n. 8, p. 1131-1146, 2006. e) TEECE, D. Profiting from innovation in the digital economy: Enabling technologies, standards, and licensing models in the wireless world. Research Policy, Volume 47, Issue 8, October 2018, Pages 1367-1387. AULA 07 - Regimes, Paradigmas, Trajetórias Tecnológicas e Conclusão do Curso a) DOSI, G. Mudança técnica e transformação industrial. Editora da Unicamp. Campinas, São Paulo, 2006. (cap. 2). b) ROVERE, R. L. L. Paradigmas e trajetórias tecnológicas In: Pelaez, V. e Szmrecsányi, T. Economia da Inovação Tecnológica, Ed. Hucitec, SP, 2006. c) PEREZ, C. Tecnological Revolutions and Techno-Economic Paradigms. Cambridge Journal of Economics, v.34, n.1, p. 185-202, 2010. Complementares: a) TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. Gestão da Inovação. Porto Alegre : Bookman, 2008. (cap. 5). b) TIGRE, P. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. Revista Brasileira de Inovação, v. 4, n.1, 2005, p.187-224. c) CIMOLLI, M; DOSI, G.; NELSON, R. & STIGLITZ, J. Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória. Revista Brasileira de Inovação, v.6, n.01, p.55- 85, 2007. d) OECD/EUROSTAT. Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation. 4th Edition. The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities. OECD Publishing. Paris/Eurostat, Luxembourg. 2019.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Sigla: PPU	**Número:** 752	**Créditos:** 3
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Democracia e Constitucionalismo. Sujeito constitucional. Constitucionalismo popular. Democracia deliberativa. Casos difíceis e casos constitucionais. A base política do direito constitucional. O direito como interpretação. O direito como integridade. Jurisdição constitucional e defesa dos grupos minoritários.

Bibliografia:

1- Hamilton, Madison, Jay. The federalist papers. Papers n. 37,38,39, 40, 47-48, 49-50, 51 78,79,80,81. Edição brasileira: Editora Nova Fronteira 2- Ackerman, Bruce. We the people. Foundations. Cambridge, Mas, London: The Belknap Press of Harvard University. p. 3-80. (capitulos I, II, III) ? ver tradução Del Rey Editora; Edição brasileira: Editora Del Rey 3- Kramer, Larry. The people themselves. Popular Constitucionalism and judicial review. Oxford University Press: New York, 2004. p.93 -253 4- Michelman, Frank I. Brennan and democracy. Princeton, New Jersey : Princeton University Press, 1999. 5- Ely, John Hart. Democracy and distrust. A theory of judicial review. Cambridge,Mass., London: Harvard University Press, 1980. p. 1-104; 181-183 Edição brasileira: Martins Fontes. 6- Habermas, Jürgen. Between facts and.norms. Capítulos 4,5, 6 e 7. Edição brasileira: tempo brasileiro. Rosenfeld, Michel. Can rights, democracy, and justice be reconciled through discourse theory? Reflections on Habermas?s Proceduralist Paradigm of Law. In: Rosenfeld, M. & Arato, A. (ed.) Habermas on Law and Democracy: critical exchanges. Berkeley, Los Angeles, London : Berkley University Press, 1998, p. 82- 112 7- Dworkin, Ronald. Taking Rights Seriously. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1978, p. 81-149. Edição brasileira: Martins Fontes Dworkin, Ronald. A matter of principle. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985, p. 9-145. Edição brasileira: Martins Fontes 8 ? Dworkin, Ronald. Law?s empire. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986, p. 225-275, 355-413. Edição brasileira: Martins Fontes Dworkin, Ronald. Life?s dominion. NY: Vintage Books p. 118-147. Edição brasileira: Martins Fontes 9- Dworkin, Ronald. Freedom?s Law. The moral reading of the American Constitution. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996. p. 1-38 72-116 Edição brasiliera: Martins Fontes Dworkin, Ronald. Justice in robes. Cambridge, Mass., London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006, p. 1-35. Edição brasileira: Martins Fontes 10 - Nino, Carlos Santiago. La constitución de la democracia deliberativa. Barcelona, Espanha: Gedisa editorial, 1996, p. 13-100; p. 154-302. 11 - Gargarella, Roberto. Una disputa imaginaria sobre el controle judicial de las leyes: El constitucionalismo popular frente la teoria de Carlos Nino. In Gargarella et alli. Homenaje a Carlos Santiago Nino. Buenos Aires: la ley. P. 203-218 Gargarella, Roberto. El derecho a la protesta. Buenos Aires : Ad-Hoc, 2007, p. 19-45; 87-124, 153-257

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	45.0
Políticas Públicas	Doutorado	45.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEORIA POLÍTICA I

Sigla: PPU	**Número:** 751	**Créditos:** 4
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: Esta disciplina apresenta aos alunos os textos clássicos fundadores da Ciência Política contemporânea. Confere-se especial atenção às teorias políticas elaboradas por Karl Marx, Max Weber e pelos fundadores da Teoria das Elites (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels). Pretende-se mostrar como tais textos colocam problemas teóricos e metodológicos fundamentais para a Ciência Política contemporânea.

Bibliografia:

1. BERLIN, Isaiah. Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 2. BOBBIO, Norberto. Ensaios escolhidos. História do pensamento político. São Paulo, C. H. Cardim Editora, s/d, pp. 157-184. 3. BOURDIEU, Pierre. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política. 5, janeiro/julho, 2011. 4. BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Editora UnB, 1982. 5. GENIEYS, Wiliam. L?invention de la classe dirigeante par Gaetano Mosca. In _____. Sociologie politique des elites. Paris: Aramand Colin, pp. 81-110, 2011. 6. GOODIN, Robert E. e KLINGEMANN, Hans-Dieter. A New Handbook of Political Science. Oxford: Oxford University Press, 1998. 7. GGODIN, Robert E. e FISHKIN, James. Political Theory without borders (Philosophy, Politics and Society). Londres: Wiley-Blackwell, 2015. 8. GRAMSCI, Antonio. Machiavelli. Roma: Riuniti, 1992. 9. JESSOP, Bob. The State: Past, Present, Future. Nova Iorque: 2015. 10. LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, p. 63-93, 2009. 11. MAQUIAVEL, Nicolau. Política e gestão florentina. São Paulo: FSJ, 2010. 12. MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2010. 13. POULANTZAS, Nicos. Pouvoir politique et classes sociales. Paris, Maspero, 1968. 14. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada. São Paulo: Brasiliense, 1982. 15. STUART MILL, John. Sobre a liberdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEORIAS DO ESTADO

Sigla: PPU	**Número:** 738	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2012	**Data de Fim:** -	

Ementa: A natureza e as funções do Estado. Hobbes, Locke e Rousseau. Pensadores Clássicos e a emergência da Economia Política: David Hume, Adam Smith e John Stuart Mill. A tensão entre as esferas pública e privada. Estado e Conflito de classes. O Estado Burocrático. O Estado interventor. As estruturas do Estado moderno.

Bibliografia:

AULA 01 - Introdução às várias abordagens do Estado a) JESSOP, Bob(2016). The State: past, present, future. Cambridge, UK: Polity Press. Introdução. b) WANG,Yuhua (2021) State-in-Society 2.0: Toward Fourth-Generation Theories of the State. State-in-Society 2.0: Toward Fourth-Generation Theories of the State (harvard.edu). c) CODATO, Adriano e PERISSINOTO, Renato . "O Estado como instituição: uma leitura das obras históricas de Marx". Revista CRÍTICA MARXISTA, janeiro 2001. http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1027&context=adrianocodato. AULAS 02 E 03 - O Estado como Conceito, Relação e Realidade a) JESSOP, Bob(2016). The State: past, present, future. Cambridge, UK: Polity Press. Parte II – Caps 2, 3 e 4. b) Steven Pressman (2006) Alternative Theories of the State. Baskingstoke, United. Kingdom: Palgrave Macmillan. c) Screpanti, Ernesto(2001) The Fundamental Institutions of Capitalism. Londres: Routledge, cap.3. d) Pitelis, Christos (1994) On the nature of the capitalist state. Review of Political Economy, 6(1): 72-105, 1994. AULAS 04 E 05 - Como se formam os Estados? a) JESSOP, Bob (2016). The State: past, present, future. Cambridge, UK: Polity Press. Cap.5. b) GRAEBER, David & WENGROW, David (2022) O Despertar de Tudo. São Paulo: Companhia das Letras. Cap.10. c) CARNEIRO, Robert. L. (1970). A Theory of the Origin of the State: Traditional theories of state origins are considered and rejected in favor of a new ecological hypothesis. Science, 169(3947), 733–738. AULA 06 - Governo e Governança/Govermentalidade a) JESSOP, Bob(2016). The State: past, present, future. Cambridge, UK: Polity Press. Cap7. AULA 07 - Estado-Nação e Estado Nacional a) JESSOP, Bob(2016). The State: past, present, future. Cambridge, UK: Polity Press. Cap.6. b) BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2017) Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política. Lua Nova (100) Jan-Apr 2017. https://doi.org/10.1590/0102-155185/100. AULA 08 - Relações Interestatais e SuperImperialismo a) JESSOP, Bob(2016). The State: past, present, future. Cambridge, UK: Polity Press. Cap.8. b) HUDSON, Michael (2003) Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance. Nova Iorque: Pluto Press. Introdução.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

ESTADO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TÓPICOS AVANÇADOS EM TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sigla: PPUB	**Número:** 7071	**Créditos:** 4
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: O desenvolvimento teórico da Ciência Política e da Política Comparada e seus desdobramentos na área de Relações Internacionais; A crise do Estado-nação, a emergência de novos atores transnacionais e a Sociedade Civil Global; Abordagens teóricas de regimes e organizações internacionais; Instituições internacionais e governança global; Questões normativas das relações internacionais; Teorias contemporâneas de Segurança Internacional e de Integração Regional; Análise de Política Externa.

Bibliografia:

ACHARYA, Amitav; JOHNSTON, Alastair Iain. Comparing regional institutions: an introduction; Conclusion: institutional features, cooperation effects, and the agenda for further research on comparative regionalism. In JOHNSTON, Alastair Iain & ACHARYA, Amitav (Eds.). Crafting Cooperation: Regional International Institutions in Comparative Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1–31, 2007. ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Eds.). Security Communities. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. AXELROD, Robert. A evolução da cooperação. São Paulo: Leopardo Editora, 2010. BALWIN, David (ed.). Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993. BARNETT, Michael e SIKKINK, Kathryn. From International Relations to Global Society. In: REUS-SMIT, Christian and SNIDAL, Duncan. The Oxford Handbook of International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2008. BEITZ, Charles R. Political Theory and International Relations. Princeton: Princeton University Press, 1979. BOOTH, Ken & DUNNE, Tim (eds.). Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order. New York: Palgrave, 2002. BOOTH, Ken. Theory of World Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. BÖRZEL, Tanja A. & RISSE, Thomas (Eds.). The Oxford Handbook of Comparative Regionalism. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 41–63. BÖRZEL, Tanja, and ZÜRN, Michael. Contestations of the Liberal International Order: From Liberal Multilateralism to Postnational Liberalism. International Organization 75 (2), 2021. BRICEÑO RUIZ, José. (2007) Strategic Regionalism and Regional Social Policy in the FTAA Process. Global Social Policy, 7(3): 294–315. BROWN, Chris. International Relations Theory: New Normative Approaches. Brighton: Harvester Wheatshef, 1992. BROWN, Chris. Sovereignty, Rights and Justice: International Political Theory Today. Cambridge: Blackwell Publishers, 2002. BURCHILL, Scott et. al. (Eds). Theories of International Relations. Third Edition. New York: Palgrave Macmillan, 2005. BURGES, Sean W. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. International Relations, 22(1): 65–84, 2008. BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Editora da UNESP, 2012. BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Reinner Publishers, 1998. BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Macrosecuritization and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. Review of international studies, 35 (2). pp. 253-276, 2009. BUZAN, Barry. People, states, and fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991. BUZAN, Barry. Regions and Power. The Structure of International Security. Cambridge University Press, 2003. CAPORASO, James. (1998) Regional integration theory: understanding our past and anticipating our future. Journal of European Public Policy, 5(1): 1–16. CHANDLER, David. Constructing Global Civil Society – Morality and Power in International Relations. New York: Palgrave Macmillan, 2004. DAHL, R. 'A Democratic Dilemma: System Effectiveness versus Citizen Participation'. Political Science Quarterly, 109, pp. 23-34, 1994. DAHL, R. Can International Organizations be Democratic? A Skeptic`s View. In: Shapiro, Ian e Hacker-Cordón, Casiano. Democracy's Edges. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF Jr., Robert L. Relações internacionais – as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003. DUFFIELD, Mark. Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security. London/New York: Zed Books, 2014. DUNCOMBE, Constance; DUNNE, Tim. After Liberal World Order. International Affairs 94 (1):25–42, 2018. ESTEVES, Paulo Luiz (org.). Instituições internacionais: comércio, segurança e integração. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. The Janus Face of the Liberal International Information Order: When Global Institutions Are Self-Undermining. International Organization 75 (2), 2021. FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham. Will the Coronavirus End Globalization As We Know It? The Pandemic Is Exposing Market Vulnerabilities No One Knew Existed. Foreign Affairs, 16 March, 2020. FAWCETT, Louise L.; HURRELL, Andrew (Eds.). Regionalism in world politics: regional organization and international order. New York: Oxford University Press, 1995. FLAHERTY, Thomas M.; ROGOWSI, Ronald. Rising Inequality as a Threat to the Liberal International Order. International Organization 75 (2), 2021. GRANT, R. W.; KEOHANE, R. 'Accountability and Abuses of Power in World Politics', The American Political Science Review, 99(1), p. 29-43, 2005. GRIECO, Joseph. Understanding the Problem of International Cooperation: The Limits of Neoliberal Institutionalism and the Future of Realist Theory. In: BALWIN, David. (ed.). Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993. HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. HASENCLEVER, Andreas; RITTBERGER, Volker; MAYER, Peter. Theories of International Regimes. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. HELD, D. 'Democratic Accountability and Political Effectiveness from a Cosmopolitan Perspective', Government and Opposition, 39(2), p. 364-391, 2004. HELD, David; KOENIG-ARCHIBUGI, Mathias. (eds.). Taming Globalization: Frontiers of Governance. Cambridge: Polity Press, 2003. HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea. Organizações internacionais – História e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. HURD, Ian. Legitimacy and Authority in International Politics. International Organization, 53:2, 379–408, 1999. HURRELL, A. On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society. Oxford: Oxford University Press, 2007. IKENBERRY, G. John. The End of Liberal International Order? International Affairs 94 (1):7–23, 2018. IKENBERRY, John. Cracks in the Liberal World Order; The Crisis of the Post-Cold War Liberal Order. In: A World Safe for Democracy – Liberal Internationalism and the Crises of Global Order. New Haven: Yale University Press, 2020. JACKSON, Robert. Classical and Modern Thought on International Relations. New York: Palgrave Macmillan, 2005. JONSSON, Christer; TALLBERG, Jonas. Transnational Actors in Global Governance – Patterns, Explanations, and Implications. Londres: Palgrave Macmillan, 2010. KALDOR, Mary. New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era. Cambridge, Polity, 2007. KECK, Margaret; SIKKING, Kathryn. Activists beyond Borders – Advocacy Networks in International Politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998. KEOHANE, R. 'Global Governance and Legitimacy', Review of International Political Economy 18(1), pp. 99-109, 2011. KEOHANE, R.; MACEDO, S.; MORAVCSIK, A. 'Democracy-Enhancing Multilateralism', International Organization, 63(1), pp, 1-31, 2009. KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984. KEOHANE, Robert. Institutional Theory and the Realist Change After the Cold War. In: Balwin, David. (ed.). Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993. KEOHANE, Robert. International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory. Boulder: Westview Press, 1989. KINDLEBERGER, Charles. Dominance and Leadership in International Economy: Exploitation, Public Goods and Free Riders. International Studies Quarterly, Jun. 1981. KNORR, Klaus; VERBA, Sidney. International System – Theoretical Essays. Fourth Printing. Princeton: Princeton University Press, 1967. KOLODZLEJ, Edward A. Security and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. KRASNER, Stephen. (ed.). International Regimes. Ithaca: Cornell University Press, 1983. KRASNER, Stephen. Regimes and the Limits of Realism: Regimes as Autonomous Variables. International Organization, Vol. 36, no. 2. KRATOCHWIL, Friedrich e RUGGIE, John G. International Organization: A State of the Art on an Art of the State. In: KRATOCHWIL, Friedrich e MANSFIELD, Edward (eds.). International Organization and Global Governance. New York: Pearson Longman, 2006. LA COUR, C. Theorising digital disinformation in international relations. Int Polit 57, 704–723, 2020. LAKE, David A.; MARTIN, Lisa L.; RISSE, Thomas. Challenges to the Liberal Order: Reflections on International Organization. International Organization, 75, Spring 2021, pp. 225–257. MARIANO, K.L.; MENEZES, R. G. Reflexões Teóricas sobre a Integração Regional: a construção de novos pressupostos. En C. Ortiz Morales y E. Vieira Posada (eds.), Nuevas propuestas de integración regional: tendencias y retos de transformación (pp. 165-196). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2019. MEARSHEIMER, John. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. International Security 43(4): 7-50, 2019. MERLE, Marcel. Sociologia das Relações Internacionais. Brasília: Editora da UnB, 1981. MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; e SOLINIS, Germán. (orgs.). Democracia e Governança Mundial. Que regulações para o século XXI? Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. MILNER, Helen e KEOHANE, Robert. (eds.) Internationalization and Domestic Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. MILNER, Helen. Interests, Institutions, Information. Domestic Politics and International Relations. Princeton: Princeton University Press, 1997. MORAVCSIK, Andrew. Preferences and Power in the European Community: a liberal intergovernamentalist approach (1993). In: EILSTRUP-SANGIOVANI, Mette. Debates on European Integration. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006, p. 264-

303. NEUMANN, Iver B. A Region-Building Approach to Northern Europe. Review of International Studies, 20(1): 53–74, 1994. NEUMANN, Iver B. e WAEVER, Ole. (Eds.). The future of International Relations. London/New York: Routledge, 1997. NYE, Joseph e KEOHANE, Robert. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. International Organization, Vol. 25, n. 3, Summer, 1971, p. 329-349. NYE, Joseph S. e DONAHUE, John D. (eds.). Governance in a Globalizing World. Washington: Brookings Institution Press, 2000. NYE, Joseph. The Rise and Fall of American Hegemony from Wilson to Trump. International Affairs 95(1): 63–80, 2019. ROBSON, Peter. The Economics of International Integration. London: Routledge, 1998. ROGOWSKI, Ronald. Commerce and Coalitions. Princeton: Princeton University Press, 1991. ROSENAU, J. N. The Scientific Study of Foreign Policy. New York: Nichols Publishing Company, 1980. ROSENAU, James N. (ed.) Comparing Foreign Policies. Theories, Findings and Methods. Halsted Press, 1974. ROSENAU, James N. The Scientific Study fo Foreign Policy. New York, Nichols Publishing Company, 1980. ROSENAU, James. Along the domestic-foreign Frontier – Exploring Governance in a Turbulent World. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional – Mudanças frente ao terrorismo? Civitas, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul./dez, 2005, pp. 297-323. RUGGIE, John Gerard. Constructing the World Polity – Essays on International Institutionalization. London/New York: Routledge, 1998. SCHIMMELFENNIG, Frank. Regional Integration Theory. Oxford Research Encyclopedia of Politics, 26, 2018. SCHOLTE, Jan Aart. (ed.). Building Global Democracy? Civil Society and Accountable Global Governance. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. SIKKINK, K. and FINNEMORE, Martha. International Norm Dynamics and Political Change. In the Special Issue "International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics," International Organization 52:4 (Autumn 1998): 887-917. SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALWSKI, Marysia. (orgs.). International Theory: Positivism and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. SMOUTS, Marie-Claude (org.). As novas relações internacionais. Práticas e teorias. Brasília: UnB, 2004. SNYDER, Richard Carlton; BRUCK, Henry W.; SAPIN, Burton M. (Eds.). Foreign Policy Decision Making: Princeton: Princeton University Press, 1954. SÖDERBAUM, F. Rethinking Regionalism. Londres: Palgrave, 2016. STEFFEK, Jens; KISSLING, Claudia; NANZ, Patrizia. Civil Society Participation in European and Global Governance, Basingtoke: Palgrave Macmillan, 2008. STENGEL, Frank A.; MACDONALD, David B.; NABERS, Dirk. Populism and World Politics – Exploring Inter – and Transnational Dimensions. Palgrave, 2019. TALLBERG, Jonas; DELLMUTH, Lisa M.; AGNÉ, Hans; DUIT, Andreas. NGO influence in International Organizations: Information, Access, and Exchange. British Journal of Political Science, Vol. 48, Issue 1, January 2018. TALLBERG, Jonas; SOMMERER, Thomas; SQUATRITO, Theresa; JÖNSSON, Christer. Explaining the Transnational Design of International Organizations. International Organization, Vol. 68, Issue 4, pp. 741-774, 2014. TALLBERG, Jonas; ZÜRN, Michael. The legitimacy and legitimation of international organizations: introduction and framework, The Review of International Organizations, 14: 581-606, 2019. TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, janeiro/junho, 2003, pp. 47-80. VEIRA, Liszt. Os argonautas da cidadania – A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001. VIOTTI, Paul R; KAUPPI, Mark V. International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism. Second Edition. New York: Macmillan Publishing Company, 1993. WALZER, Michael. A guerra em debate. Lisboa: Cotovia, 2004. WALZER, Michael. Guerras justas e injustas – Uma argumentação moral com exemplos históricos. São Paulo: Martins Fontes, 2003. WEISS, Jessica Chen; WALLACE, Jeremy L. Domestic Politics, China's Rise, and the Future of the Liberal International Order. International Organization 75 (2), 2021. WIESEBRON, Marianne e GRIFFITHS, Richard. (orgs.). Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UFRJ, 2001. YOUNG, Oran R. International Cooperation – Building Regimes for Natural Resources and the Environment. Ithaca: Cornell University Press, 1989. YOUNG, Oran R. Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes. In: KRASNER, Stephen. (ed.). International Regimes. Ithaca: Cornell University Press, 1983. YOUNG, Oran R.; ZÜRN, Michael; BREITMEIER, Helmut. Analyzing International Environmental Regimes. MIT Press, 2006. YOUNG, Oran. International Governance. New York: Cornell University Press, 1994. ZAO, Minghao. Is a New Cold War Inevitable? Chinese Perspectives on US–China Strategic Competition. The Chinese Journal of International Politics, Volume 12, Issue 3, Autumn 2019, Pages 371–394. ZÜRN, Michael. A Theory of Global Governance: Authority, Legitimacy, and Contestation. Oxford University Press, 2018. ZÜRN, Michael. The Politicization of World Politics and Its Effects: Eight Propositions. European Political Science Review, 6(1): 47-71, 2012.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

Sigla: PPUB	**Número:** 7056	**Créditos:** 1
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.

Bibliografia:
Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	15.0
Políticas Públicas	Doutorado	15.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS II

Sigla: PPUB	**Número:** 7057	**Créditos:** 2
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	

Ementa: Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.

Bibliografia:
Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	30.0
Políticas Públicas	Doutorado	30.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS III

Sigla: PPUB	**Número:** 7058	**Créditos:** 3

Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -
Ementa: Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.	
Bibliografia: Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.	

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	45.0
Políticas Públicas	Doutorado	45.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS IV

Sigla: PPUB	**Número:** 7059	**Créditos:** 4
Data de Início: 01/01/2019	**Data de Fim:** -	
Ementa: Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.		
Bibliografia: Variável de acordo com os temas a serem ministrados na disciplina.		

Cursos

Curso	Nível	Carga Horária
Políticas Públicas	Mestrado	60.0
Políticas Públicas	Doutorado	60.0

Área(s) de Concentração Obrigatória(s) à Disciplina

Não existem áreas de concentração obrigatórias à disciplina.

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, CEP 70040-020 - Brasília, DF
CNPJ 00889834/0001-08 - Copyright 2022 Capes. Todos os direitos reservados.